

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 4 de julho de 2022 - Ata n.º 63.

Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **63.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito ao Deputado Gilson, 2.^º Secretário, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.^º 62, de 29 de junho de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.^º Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, há expediente a ser lido, mas, se Vossa Excelência concordar, leremos após o Grande Expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Na Sessão de hoje, o Grande Expediente será destinado para ouvirmos o Sr. Gilberto Muniz, Coordenador do Fórum de Aprendizagem do Paraná, que falará sobre os impactos negativos da Medida Provisória n.º 1.116/2022, que institui o Programa *Emprega Mais Mulheres e Jovens*, que trata da aprendizagem no Brasil. Agradeço a presença aqui na nossa Casa do Vereador da Câmara Municipal de Curitiba, Dalton Borba; da Sr.^a Carla Bustamante, Vice-Presidente da Unilehu, Universidade Livre para a Eficiência Humana; do Sr. Henri Xavier, Relação Institucional e Governamental; do Sr. João Arco Verde, Chefe de Gabinete do Vereador Dalton Borba; e também da Sr.^a Mariel Pilarski, Assessora Jurídica do Vereador Dalton Borba. Concedo a palavra neste momento ao Deputado Romanelli, para que faça a saudação aos visitantes, uma vez que a solicitação para ouvirmos o Sr. Gilberto Muniz partiu do Deputado Romanelli.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli e Sr. Gilberto Muniz.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados e demais que participam da Sessão Plenária da Assembleia Legislativa. Permitam-me falar sentado daqui da Mesa Diretora mesmo, Sr. Presidente. Gostaria de dizer o seguinte, que esse tema na verdade foi trazido à Comissão Executiva da Assembleia Legislativa, Vossa Excelência, inclusive, participou da reunião com o Fórum Estadual Paranaense de Aprendizagem, por conta da enorme preocupação havida com a edição da Medida Provisória n.º 1.116, do Programa *Emprega Mais Mulheres e Jovens*, uma medida provisória que foi exarada por Sua Excelência, o Presidente da República. Como todos sabem, tenho uma ligação histórica com a educação profissional. É uma pauta que me acompanha desde o início dos anos 2000, quando restabelecemos

aqui no Paraná as diretrizes do ensino profissionalizante na rede pública estadual, aliás, que quase foi extinto em um período imediatamente anterior. Todos se lembram aqui da luta que travamos, Deputado Traiano, para manter a educação profissional na rede estadual, que hoje é uma das mais vigorosas do Estado do Paraná. Ainda no período que fui Secretário do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, fortalecemos a qualificação profissional no Paraná com iniciativas, como: *Jovem Trabalhador*, *Jovem Aprendiz*, *Pronatec*, *Telessalas*, enfim, que sempre trabalhamos muito justamente com quem tem os compromissos com esses grandes programas. Por outro lado é o seguinte, indiscutivelmente, em função dessa história, que acredito que é fundamental que aprofundemos o debate sobre a Medida Provisória n.º 1.116/2022, tanto que aqui no último dia 16 de maio recebemos o Fórum Estadual de Aprendizagem. O fato concreto é que ali, imediatamente, inclusive, tinha a participação da Doutora Margarete Matos de Carvalho, que é nossa Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho no Estado do Paraná, e dali, encaminhamos, intermediamos um encontro do Fórum com o Coordenador da Bancada Federal, em Brasília, com o Deputado Toninho Wandscheer, que foi muito proativo e tem trabalhado em um tema bom. Temos hoje aqui a presença do Vereador da Câmara de Curitiba, Dalton Borba, que acabou de chegar. Seja muito bem-vindo, Vereador. Da Sr.^a Yvy Karla Bustamante, que é da Universidade Livre para Eficiência Humana; do Sr. Henri Xavier, da relação institucional e governamental da Unilehu; do Sr. João Arco Verde, Chefe de Gabinete aqui do Vereador Dalton Borba, que conheço, aliás, de longa trajetória; e da Sr.^a Maria Pilarski, Assessora Jurídica, além, é claro, daquele que fará a exposição em nome do Fórum, Gilberto Muniz, que Coordena o Fórum de Aprendizagem no Estado do Paraná. O fato é que essa Medida está sendo muito questionada no Congresso Nacional, até porque o Congresso tem neste momento um debate importante sobre o Estatuto do Aprendiz. Em vez de fortalecer, entende-se que essa Medida Provisória vai justamente fragilizar, uma política tão importante de inclusão social e do jovem no mercado de trabalho. Por isso, que é um tema que deve merecer atenção das Sr.^{as} e dos Sr.^s Parlamentares em função da relevância que ela tem, do impacto que ela tem, especialmente

reconhecendo a profunda desigualdade social e dessa grande massa de jovens, que para acessar o mercado de trabalho participam do programa do jovem aprendiz. Fato concreto é que isso pode ser um grande problema para o nosso País, que pode ainda precarizar e fragilizar ainda mais as políticas na área do trabalho. Então, Sr. Presidente, que seja muito bem vindo à tribuna desta Casa o Sr. Gilberto Muniz, que como Coordenador falará sobre os impactos negativos da Medida Provisória e da forma com que o tema da aprendizagem tem que ser tratado e deve ser tratado no Brasil. Então, repasso aqui ao Presidente a palavra e agradeço pela possibilidade de podermos trazê-lo aqui hoje.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Neste momento, então, concedo a palavra ao Sr. Gilberto Muniz, que é Coordenador do Fórum de Aprendizagem do Paraná.

SR. GILBERTO MUNIZ: Boa tarde a todos, a todas. É um grande prazer. Quero cumprimentar aqui o Presidente desta Casa, Deputado Ademar Traiano, e também o Deputado Romanelli, que prontamente nos atendeu, e, como já foi dito aqui, receptionou-nos na nossa manifestação do dia 16 de maio, onde estivemos no gabinete do Presidente Ademar Traiano, trazendo ali os impactos, com a Doutora Margarete e do Ministério Público do Trabalho e as demais instituições. Estou hoje como Coordenador do Fórum de Aprendizagem do Paraná representando mais de 55 instituições do Estado do Paraná e temos tido esse desafio, que não tem sido fácil, tem sido uma luta constante desde 2019, não só dizendo do nosso desafio com relação a uma pandemia, que a todos pegou de surpresa, mas entendemos a importância de uma política pública voltada para os adolescentes, jovens e pessoas com deficiência nos seus direitos, principalmente do adolescente ao primeiro emprego, à profissionalização, e a juventude que tanto necessita também dessa experiência, e as pessoas com deficiência, que dentro da Lei da Aprendizagem, a Lei 10.097, do ano 2000, estabelece então de 14 a 24 anos ali a oportunidade do primeiro emprego, assim como da pessoa com deficiência sem limite de idade. E quero também cumprimentar o Vereador Dalton Borba, que vem, com a sua equipe, ajudando-nos nessa luta com relação a tantas

vezes que temos recorrido, seja à Câmara de Vereadores, à Assembleia Legislativa. E por meio também daquela reunião que tivemos aqui na Assembleia, fomos, como bem falou o Deputado Romanelli, encaminhados ao Deputado Toninho, ao Presidente da Bancada, e assim desta forma pudemos também chegar a Brasília, onde tivemos uma reunião com os demais Deputados. E para nós foi uma grande satisfação podermos alertar, podermos trazer todos esses desafios, porque a Lei da Aprendizagem é uma política tão forte e tem vindo por tantos anos trazendo oportunidades. Por que o que seria do jovem, do adolescente, da pessoa com deficiência, e principalmente dos mais vulneráveis, os menores de idade, aqueles que muitas vezes não têm acesso à oportunidade do emprego, ao primeiro emprego? E principalmente vem em um viés o programa de aprendizagem como um programa que vem trabalhar a prevenção, porque se previne ali a evasão escolar do adolescente, para que ele continue estudando, atendendo também ao socioeducativo, aqueles adolescentes que tiveram conflito com a lei e não conseguiram, por vários motivos, falta de oportunidade. E por que não dizer que infelizmente a oportunidade do tráfico, da criminalidade e de tudo aquilo que vem como risco para a sociedade, e principalmente para o adolescente, para o jovem, se abrir uma oportunidade para que eles busquem outro caminho, é porque uma porta muito aberta está ali no seu caminho para lhe oferecer recursos, e assim uma renda. Mas não podemos jamais permitir, diante de um Governo que tem trabalhado, e aqui quero lembrar também do Estado do Paraná sempre saindo na frente, quando por meio do fundo do Cedeca e do fundo da pobreza cria-se então o *Cartão Futuro*. Vejam bem, 35 milhões para destinar às empresas do Paraná que contratem os adolescentes vulneráveis, a pessoa com deficiência e do socioeducativo, podendo atingir, e esse recurso vem para incentivar as empresas do Paraná para que eles deem oportunidade, dentro da Lei de Aprendizagem, podendo atingir 30 mil adolescentes jovens e pessoas com deficiência. Então, quero dar os parabéns por essa iniciativa. Esse é um programa inicial no Brasil, pelo Paraná, e queremos que isso possa chegar a cada um dos estados desta nação, para que seja uma política pública. E gostaria rapidamente de abordar alguns aspectos dessa Medida Provisória 1.116, de 2022, assim como

o Decreto 11.061, de 2022 também. Quando fomos pegos de surpresa com relação a essas duas situações, principalmente porque não houve uma discussão ampla, não houve uma participação de todos os atores que fazem parte desta importante oportunidade para os nossos adolescentes, jovens e pessoas com deficiência. Interessante que uma das situações que vêm trazendo um desmonte dessa política pública, da aprendizagem, é quando se fala, e é importante aqui citar que em relação à Medida Provisória, não é ela toda que somos contra, muitas coisas ali são muito importantes, mas quando se fala em todos os seus artigos da aprendizagem, buscamos com todo o cuidado, com todo o zelo e com todo o carinho, será que tem algo aqui que vai promover a aprendizagem, vai fortalecer a lei da aprendizagem? Infelizmente, em todos os artigos da aprendizagem, não vemos algo que possa ampliar ou fortalecer esse direito. E elencamos alguns pontos aqui e gostaríamos de deixar para esta Casa no dia de hoje. Primeiramente o aumento do prazo de contrato de dois anos para três anos. Queridos, já temos um grande desafio em todas as nossas 55 instituições, fora nos Cras, nos Creas, jovens adolescentes, mães, avós, pedindo vagas para milhares e milhares de adolescentes. No Brasil, poderíamos ter contratado mais de 1 milhão de adolescentes, hoje é um pouco mais de 400 mil. Então, podemos não só dobrar isso diante do que ainda é previsto pela lei de empresas que precisam contratar. E não ver isso apenas como um ônus, mas, sim, como um bônus para que haja a qualificação profissional, para que a nossa juventude seja alcançada, seja impedida de chegar àqueles lugares mais lamaçais, onde a violência, a criminalidade e o tráfico empregam, e toma de força, ou até mesmo pela grande necessidade da renda. Então, o programa, ele, quando você estende para três anos, isso amplia, impede que os adolescentes que estão ainda na fila, aguardando uma oportunidade, eles demoram por mais de um ano. E isso vai trazendo um atraso, porque vão se evadindo da escola, vão passando da sua idade, chegando, e como hoje já temos em números grandes de adolescentes se tornando jovens e de jovens que já passaram da idade da aprendizagem aos seus 24 anos completos. E aí o que acontece com essa juventude? Não tem experiência alguma e como vão concorrer no mundo do trabalho, ou, melhor

dizendo, no mercado agora, porque não tem nenhuma experiência, nenhum currículo de experiência, como que eles vão poder chegar ao mercado de trabalho? O Programa de Aprendizagem é esse primeiro degrau. Também falamos sobre a questão quando se dá preferência ao vulnerável. E aí ele tem o peso de dois, porque se a empresa contratar um aprendiz que é vulnerável ou do socioeducativo, ela poderia cumprir duas cotas. Se uma empresa tem cem vagas e coloca 50 vulneráveis e cumpre com 50 as cem vagas, perderíamos a metade dessa cota. Então, isso iria reduzir drasticamente as oportunidades e isso traz prejuízo à juventude mais uma vez e aos adolescentes aqui do nosso Estado especificamente, e de toda nação seriam prejudicados. E tantas outras situações que vemos aí com relação principalmente às empresas, porque são mais de cem mil vagas, incluindo 30 mil empresas que teriam o seu perdão dentro dessa medida, para não cumprir a cota, sendo que as demais empresas, com responsabilidade social, com empenho, com dedicação, e não podemos esquecer o papel das entidades formadoras do Fórum, porque elas fazem um papel de excelência, de esforço e de conjunto. São parceiras das empresas formadoras também da parte prática, onde temos a equipe técnica, o pedagogo, o assistente social, o psicólogo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Concluiu?

SR. GILBERTO MUNIZ: Só terminando.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

SR. GILBERTO MUNIZ: E com isso queremos deixar aqui essa palavra de incentivo, porque o Paraná é um Estado que sempre vai sair na frente, porque temos acompanhado, como bem disse o Deputado Romanelli. Ele falou sobre a importância da qualificação profissional, principalmente, ao adolescente, ao jovem e à pessoa com deficiência. Peço que com carinho os nossos Deputados aqui do Paraná analisem essa medida e vejam o quanto precisamos fazer com que isso não se torne lei para que o incentivo à profissionalização não só permaneça firme, forte, mas que cresça. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Romanelli pede novamente a palavra.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, apenas para poder fazer um registro da importância da fala do Gilberto Muniz aqui, porque são muitas entidades que atuam com a aprendizagem, é um grande desafio. Tive a oportunidade de conviver, como disse, no período da Secretaria do Trabalho, e sei do trabalho que essas entidades, que são fundamentais qualificadoras para poder viabilizar o programa. Também queria destacar a presença da Maria Regina dos Santos, que é da sociedade civil. Ela tem sido uma articuladora, inclusive, ela que sempre demanda comigo aqui, quero registrar o trabalho dela, porque é uma pessoa engajada também naquilo que faz, como todos os demais que aqui estão. O Vereador Dalton, também é um prazer, Vereador Dalton Borba, tê-lo aqui conosco, a importância, de fato, de a Câmara de Vereadores de Curitiba estar envolvida. Então, obrigado também pela presença aqui. Enfim, da minha parte, Presidente, acho que era isso. A questão está posta aqui no Parlamento Estadual e, ao mesmo tempo, compete à nossa Bancada Federal tratar do tema com a relevância que ele tem. E isso o Deputado Toninho Wandscheer tem sido um bom interlocutor para que possamos avançar e fazer com que haja correção de rumo, senão a rejeição da Medida Provisória, talvez, seja o mais apropriado. O melhor mesmo é votar o estatuto do aprendiz, que o País ganharia mais com isso, um debate já amadurecido no Congresso Nacional. Por uma questão do período eleitoral, deixaremos de fazer a entrega aqui de uma Menção Honrosa, que seria feita, por força da legislação deixamos de fazê-la, mas registramos aqui a relevância do trabalho que todas e todos aqui executam nessa árdua missão de incluir o jovem no mercado de trabalho. É isso.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Quero me somar aqui às palavras do Deputado Romanelli. Parabenizar, Deputado, pela oportunidade do tema ser trazido aqui. Parabenizar o Vereador Dalton Borba, meu companheiro de PDT, que também tem feito um trabalho incrível na Câmara Municipal de Curitiba. E parabenizar aqui especialmente o Sr. Gilberto e todo o Fórum, por trazer aqui com muita propriedade a importância desta discussão, de garantirmos oportunidades aos jovens, às pessoas com deficiência. Então, meus parabéns e também nos somamos aqui a essa batalha.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou suspender, por alguns instantes, a Sessão para os registros fotográficos.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão. Por solicitação do Deputado Goura, anuncio a presença do Dr. Guilherme Schulz, Assessor do Tribunal de Justiça e Juiz aprovado em 1.º lugar no 20.º concurso do Tribunal de Justiça de Rondônia. Seja bem-vindo à nossa Casa. Solicito ao 1.º Secretário que faça a leitura do expediente a ser lido nesta Casa.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Boca Aberta Junior – PROS): Boa tarde. Sr. Presidente, Sr.^s Deputados.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 1102/2022** do Tribunal de Justiça do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 304/2022), que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Curitiba; **Ofício n.º 1103/2022** do Tribunal de Justiça do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 305/2022), que institui o auxílio-creche, de

caráter resarcitório, aos magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná; **Ofício n.º 1104/2022** do Tribunal de Justiça do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 306/2022**), que cria o Foro Regional de Paiçandu na Comarca da Região Metropolitana de Maringá, os respectivos cargos de magistrados e servidores, e altera a Lei n.º 14.227, de 30 de dezembro de 2003, Código de Organização e Divisão Judiciária - CODIJ; **Ofício n.º 1964/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 995/2022, dos Deputados Tadeu Veneri e Goura; **Ofícios n.ºs 1959 e 1961/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 1583/2022, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 1963/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Adapar ao Requerimento n.º 1948/2022, do Deputado Luiz Fernando Guerra; **Ofício n.º 1960/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho ao Requerimento n.º 1353/2022, do Deputado Guto Silva; **Ofício n.º 1962/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 1826/2022, do Deputado Emerson Bacil; **Ofício n.º 303/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 316/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.106; **Ofício n.º 300/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 738/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.105; **Ofício n.º 304/2022** do Governador do Estado, indicando o servidor Maiquel Guilherme Zimann, RG 12.843.898-0, para a Diretoria de Regulação Econômica da Agepar; **Ofício n.º 961/2022** do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Incra, comunicando sobre condutas vedadas aos agentes públicos nos municípios em ações referentes ao Governo Federal durante o período de defeso eleitoral; **Ofício n.º 1130/2022** da Caixa Econômica Federal, encaminhando informações referentes ao crédito de recursos financeiros firmado com o Paraná Turismo no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Promoção do Turismo, sob a gestão do Ministério do Turismo, que tem por objeto “implantação de sinalização turística em municípios do Paraná”.

Comunicado de Plenário n.º 5/2022: Solicito aos Sr.^s Deputados Presidentes das Comissões Permanentes e Blocos Temáticos a entrega do Relatório semestral de suas atividades até o dia 15 de julho de 2022, conforme §5.^º do art. 39 do Regimento Interno da Assembleia.

Era isso o que continha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador, Deputado Soldado Fruet.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Soldado Fruet; Michele Caputo; Luciana Rafagnin; e Professor Lemos.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, paranaenses que nos assistem pela TV Assembleia, das nossas redes sociais. O assunto que me traz hoje a esta plenária, Sr. Presidente, é pedágio. Tenho em minhas mãos, aqui, recebemos semana passada o Plano de Outorga do Sistema Rodoviário da Concessão de Rodovias do Estado do Paraná. Recebemos da ANTT. A nossa equipe está analisando folha a folha, são mais de 70 folhas e cada vez mais que analisamos, realmente tenho batido que pedágio não é progresso, pedágio é retrocesso. O Paraná vai sofrer muito com isso aqui. Primeiramente, Sr. Presidente, quero também agradecer a todos que nos últimos dias aí têm enviado mensagens, realizado ligações para o nosso gabinete e para o escritório lá em Foz do Iguaçu, destacando que o nosso trabalho contra o pedágio, que estamos fazendo na região, são essas pessoas que estão nos dando força. Temos a certeza de que estamos trabalhando conforme a vontade popular, sim, afinal, nós, Deputado aqui desta Casa, nada mais somos do que uma voz dos paranaenses dentro desta Assembleia. A nós cabe, sim, ecoar as vozes que vêm das ruas. Por esse motivo, ouvindo o clamor do Oeste paranaense, na última semana, Sr. Presidente, fizemos uma ação contra os novos pedágios na região Oeste. Estivemos em Cascavel, fizemos algumas panfletagens, e tudo mais, Toledo, mostrando a realidade do novo pedágio. A propaganda mostra uma coisa, propaganda do Governo mostra uma coisa, mas, na verdade, as tarifas já

começaram altas e irão piorar muito com o tempo. Além disso, a realidade das obras previstas é bem inferior do que propagandeia aí o nosso Governo. Quem duvida disso, basta analisar o Plano de Outorga, para descobrir que existem rodovias onde não vai existir sequer uma obra ou intervenção prevista para os próximos 30 anos, como é o caso da BR-163, ou rodovias onde existe previsão de obras insignificantes, como é o caso da PR-180, que tem prevista uma duplicação de apenas 600 metros. Ou da rodovia, da BR-467, que não tem previsão de duplicação em nenhum metro de rodovia, assim como a PR-862, a PR-897, a PR-986. Isso está aqui, oh, no Plano de Outorga oficial que todos aqui já têm conhecimento, que recebemos da própria ANTT. Como é que vamos poder concordar, gente, com pedágio aqui no Paraná depois de analisar isso aqui? A maioria das PRs, das nossas rodovias estaduais, não tem grandes obras previstas. Mas sabe por que, pessoal? Porque o Governador Ratinho Junior, o nosso Governador do Estado do Paraná, que é, sim, por mais que ele não queira assumir, ele é, sim, o pai de 15 novas praças de pedágio. Já investiu quase R\$ 1 bilhão em rodovias estaduais que serão pedagiadas. Por isso que não está, não tem obra! Isso aí é mais um presente do Governador Ratinho Junior às concessionárias. Esse mesmo Ratinho Junior que é generoso com os grandes acionistas! Dou exemplo, aqui, a Copel. Por lei, ele é obrigado a passar 25% de dividendos, mas ele passou só esse mês, dia 30, agora, R\$ 1 bilhão e 800, 65% de dividendos, passou para os grandes acionistas. Esse mesmo Ratinho Junior que concede isenções bilionárias para grandes empresas. É também generoso com as concessionárias de pedágio que receberão, sim, estradas prontinhas e apenas implantarão, ali, uma cabine de cobrança de pedágio, que esfolará o povo paranaense aí por mais 30, ou melhor, 35 anos! Por tudo isso, Sr. Presidente, vou continuar aqui a minha luta, sim, contra o pedágio, a minha luta para levar, a cada paranaense, a verdade sobre esse mal que é o pedágio. A propaganda do Governador é linda, mas a verdade é bem diferente. E mudando de assunto, Sr. Presidente, resta-me um pouco de tempo aqui, quero mudar de assunto, mas citando aqui uma cidade que está praticamente sendo bem prejudicada... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Na realidade quero falar aqui de Toledo. Ela foi sitiada por novas praças de pedágio. Toledo, Sr. Presidente, é um exemplo para o Paraná: o seu povo é honesto, trabalhador, tem lutado por uma cidade melhor, tem lutado fortemente contra esses pedágios. Quero parabenizar todos os moradores de Toledo, todos os toledenses, porque ela foi citada como a quinta melhor cidade do Brasil, pela *Revista IstoÉ*. Parabéns, toledenses, e à sua administração. Sigam assim, sigam sendo exemplo para o nosso Oeste do Paraná, para o Brasil e para alguns Governadores aí que estamos. Parabéns mesmo. Só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou aproveitar, antes da fala do Deputado Michele, para fazer um comunicado.

Comunicado de Plenário n.º 6/2022: Comunico aos Sr.^s Deputados que a Proposta de Emenda à Constituição n.º 5/2021, de autoria do Poder Executivo, que “Altera o artigo 10 da Constituição do Estado do Paraná, para tratar da doação ou cessão de uso gratuito sobre os bens móveis do Estado.” Foi publicada no Diário Oficial da Assembleia Legislativa no dia 28 de junho de 2022, edição de n.º 2.471. Segue anexa a informação do quociente necessário para a formação da Comissão Especial de que trata o § 1.º do art. 227 do Regimento Interno.

Próximo orador, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Traiano, Deputadas e Deputados, a todos que acompanham esta Sessão pelas nossas redes. Quero vir aqui hoje pedir o apoio para tramitar em regime de urgência o Projeto de Lei n.º 21/2019, que tem três autores: eu próprio, a Deputada Luciana Rafagnin e o Deputado Gilson de Souza. Todos nós, em momentos diferentes, estamos preocupados com a visibilidade, com a transparência, porque o cidadão paranaense merece saber como é que a fila das eleitivas, de outras

especialidades, está andando e isso é um instrumento importante de gestão para os nossos gestores, tanto o gestor estadual como os gestores municipais. Quero dizer a vocês que o Conselho Nacional de Justiça também espera que os estados adotem esse processo. Aqui no Paraná foi criado o Conselho Estadual de Justiça, onde o Presidente Traiano, o nosso Presidente da Assembleia Legislativa, já recebeu o Dr. Gebran, a Juíza Federal também que acompanha aqui o Comitê Executivo do Paraná. Recentemente, o Dr. Vinicius Filipak, a quem respeito muito, já trabalhamos juntos lá na Sesa, ele colocou na prestação de contas do primeiro quadrimestre deste ano que a Secretaria de Estado da Saúde, com o apoio importante da Celepar, que sempre reconheci a capacidade tanto em TI da Celepar quanto da Sesa em fazer esse processo, que eles já estão para implantar em três meses. Esse Projeto de Lei, Presidente, já aprovou na CCJ obviamente, já passou na Comissão de Saúde por unanimidade, e aqui tem membros presentes da Comissão, e já passou aqui em Plenário em primeira votação. E estamos colocando lá um prazo de implantação de seis meses, Presidente, negociáveis, inclusive. Agora, vejo que há um respeito a esta Casa, a quem este assunto aqui nasceu de três Parlamentares, que têm atuações diferentes, que representam interesses todos legítimos, mas diferenciados, mas todos preocupados com essa questão da transparência, em deixar isso muito claro para o nosso cidadão, até porque em Santa Catarina isso já tem há mais de quatro anos, e o que peço aqui é esse apoio. Já estamos muito próximos de obter assinaturas, tem pessoas da Base, tem pessoas independentes, tem pessoas da Oposição. Então, queria reforçar aqui. O documento é o 8.691, documento 8.691. Conversei agora pouco com o Gilson, conversei também com a Deputada Luciana, estou conversando com alguns Parlamentares aqui. Então, quem puder assinar não vejo por que não aprovar este Projeto. Se havia alguma necessidade de se ganhar tempo e prazo, entendemos isso, pelo que entendi, pelo que o Dr. Vinicius colocou no relatório, na prestação do primeiro quadrimestre, Presidente Traiano, pelo que entendi lá isso já está superado. Agora, colocamos um prazo de seis meses e eles acham que fecham em três. Seria um respeito onde essa questão foi suscitada. Três Deputados, em momentos diferentes, e sem articulação nenhuma, fizeram, porque

somos cobrados por aonde vamos. As pessoas vão até às unidades de saúde e eles dizem: *Oh, está na fila de espera.* Mas essa fila está andando como? Como que ela está qualificada? Quem está sendo atendido? E tem mais: é preservado, porque tivemos esse cuidado, não é, Gilson, é preservada a privacidade dos dados. Os nomes estão lá, conforme o procedimento, estão lá só com a abreviatura do nome e do sobrenome. Então, tivemos todo esse cuidado. Onde tem isso facilitou muito. E o gestor não tem que ter muita preocupação, porque ele pode, inclusive, em cima dessa informação, dar prioridade a determinadas especialidades e a determinadas filas que não estão andando. Pode justificar uma série de ações que são estratégicas para que o nosso povo possa ser atendido. Lembrando sempre e, finalmente, quero encerrar, que cirurgia eletiva não é de urgência e emergência hoje, só que dependendo do prazo e dependendo do tempo que ela fique, ela... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Michele, um minuto para concluir.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Concluindo, Presidente. Ela pode emergenciar, ela pode se tornar uma cirurgia de risco. Sem contar que as pessoas estão sacrificando o seu trabalho, o seu lazer, porque muitas vezes e também ninguém merece viver com dor, principalmente se o sistema pode dar conta disso. Então, peço aqui o apoio, a urgência ao Projeto de Lei 21/19, documento 8.691. Muito obrigado! Agradeço quem puder assinar.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): *Pela ordem,* Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Presidente, nesse período pré-eleitoral, as Sessões vão deixar de ser transmitidas pelas redes sociais? E, hoje, parece que não está sendo transmitida pela *TV Assembleia* também? A dúvida.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): As Sessões serão transmitidas pela *TV Assembleia* apenas. Em função da legislação eleitoral há o impedimento legal de transmissão pelo *Facebook* e pelo *YouTube*. Ok? Registro a presença na Casa do Parlamento Jovem da Câmara Municipal de Palmeira, acompanhados pelo Presidente da Câmara, Sr. Egon Krambeck, dos Vereadores Odair José Sanson, Junior e Gilberto Rogalski e dos servidores Vanessa Albano, Matias Costa e Ernesto Xavier de Oliveira Neto. Sejam bem-vindos aqui à nossa Casa! Próxima oradora, pelo PT, Deputada Luciana Rafagnin. Antes disso, anunciamos os aniversariantes do dia: Deputados Gilberto Ribeiro e Gilson de Souza.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Inicialmente quero reforçar aqui o pronunciamento do Deputado Michele Caputo, no qual solicita o apoio, e quero reforçar esse pedido de apoio a todos os Parlamentares, para que possamos entrar com regime de urgência ao Projeto 21/2019. E o Deputado Michele já falava que está como documento 8.691. É muito importante a assinatura dos Deputados. É muito importante votarmos o regime de urgência desse Projeto, porque já passou nesta Casa. Como disse o Deputado Michele, já está fazendo um ano da primeira aprovação aqui nesta Casa, e é um Projeto que vai, sim, trazer transparência na fila do SUS aqui no Estado do Paraná. Isso, com toda a certeza, vai melhorar e muito o atendimento da saúde no nosso Estado do Paraná. A transparência que estamos solicitando neste Projeto, o qual encaminho junto, somos autores eu e o Deputado Michele Caputo, e também agora o Deputado Gilson, que também tem um Projeto que foi anexado, um Projeto muito semelhante que foi anexado também, o objetivo é justamente trazer essa transparência a todas aquelas pessoas que estão na fila esperando por uma consulta, esperando por uma cirurgia, esperando por um exame, e isso nos preocupa muito, porque estamos vivendo tempos difíceis. E neste momento em que o nosso País está mais empobrecido, em que o povo paranaense está mais empobrecido, estamos vendo cada vez mais ficarem maiores e maiores as filas na procura do serviço do SUS. Por isso que precisamos e queremos que todos os paranaenses possam ter acesso e saber como está

andando a fila do SUS, quantas pessoas tem na sua frente, qual o serviço que está sendo realmente atendido, qual o serviço que porventura não está sendo atendido, por que não está sendo atendido, para que essas pessoas também possam ter uma certeza de quando serão atendidos. E mais do que isso: sabemos que são inúmeras as pessoas que estão precisando e muito desse atendimento. Por isso que insistimos nesse projeto. Por isso que insistimos que o Paraná venha realmente a ter a transparência na fila do SUS. E o Estado não perde nada com isso. Ao contrário, o Estado ganha e toda população paranaense também, porque vai saber quem está na fila, e sabemos que cresceu e vem crescendo muito as pessoas que estão nas filas esperando um atendimento à saúde no nosso Estado do Paraná. Falando nisso, quero reforçar aqui o trabalho que vem sendo realizado pelo Hospital Regional do Sudoeste do Paraná, o Hospital Regional Walter Pecóits. E o Hospital Regional, já disse aqui em outro momento, foi fruto da luta, da organização dos movimentos sociais, especialmente da organização de mulheres agriculturas do sudoeste do Paraná, que levantaram a primeira ideia, a primeira proposta de termos no sudoeste um Hospital Regional. Depois, tive a felicidade de trazer aqui nesta Casa o Projeto de Lei, o qual foi aprovado e se transformou em Lei. E o Hospital Regional teve o seu início, a sua fundação em 2006 e concluída em 2010, inaugurado então pelo Governador Roberto Requião, que foi quem realmente fez o Hospital Regional no sudoeste do Paraná. E o Hospital Regional sempre trabalhou muito bem e vem atendendo muito bem à região sudoeste do Paraná, mas nesse período constatamos, principalmente na semana passada, constatamos a falta de médicos especializados no Hospital Regional, de maneira especial urologistas. Tivemos casos de pessoas que foram internadas, foram transferidas para outros hospitais, mas que voltaram novamente ao Hospital Regional e não tem uma solução para o problema dessas pessoas e a Deputada Mabel falava há dias também sobre o mesmo problema no município de Ponta Grossa, que é a falta de atendimento, a falta de médicos especializados, a falta de leitos para atender às pessoas que estão hoje precisando ser atendidas pelo SUS. E o Hospital Regional do Sudoeste também está com falta desse

atendimento mais especializado e por isso estamos pedindo ao Estado que volte a ter esse atendimento, que volte... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Um minuto para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Que volte a ter médico especializado para atender toda a demanda do sudoeste do Paraná. Também estou encaminhando nesta tarde um requerimento à Secretaria da Saúde do nosso Estado pedindo que implante com urgência uma clínica pediátrica e uma UTI pediátrica no Hospital Regional. Sabemos que há uma necessidade muito grande e o sudoeste todo não tem esse atendimento de uma clínica e de uma UTI pediátrica no sudoeste do Paraná. Deputado Guerra, precisamos... nem a Regional de Pato Branco e nem a de Francisco Beltrão tem esse atendimento e precisamos com urgência que a nossa região também possa ser contemplada com esse trabalho. Sabemos que a UTI neonatal tem salvado muitas vidas, que o trabalho que o Hospital Regional também desenvolve na gestação de alto risco também tem salvado a vida de muitas mulheres, mas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada, pois não.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Só para concluir, Sr. Presidente. Mas é muito importante a implantação, então, da clínica pediátrica, da UTI pediátrica para atender às demandas do sudoeste do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, todos e todas que acompanham a nossa Sessão. Quero fazer um cumprimento especial aos jovens da Câmara Jovem de Palmeira, que hoje nos visitam. Parabenizar esse Projeto importante de estímulo à nossa juventude a fazer a boa política. Parabéns à Câmara de Vereadores de Palmeira. Quero aqui fazer um registro também... um registro triste para Nova Aurora, que é o

falecimento da Professora Sonia Brustolin. A Professora Sonia ou Soninha, como a conhecíamos, era esposa do Prefeito Pecinha, era a Primeira-Dama do município de Nova Aurora e ontem um acidente de trânsito, um acidente trágico para Nova Aurora e para toda a família e amigos lhe ceifou a vida. Então, aqui queremos mais uma vez prestar a nossa solidariedade ao Pecinha, a toda a família e à população de Nova Aurora, que está consternada com a perda dessa importante liderança, professora, uma liderança importante nas pastorais da Igreja, que prestou um serviço relevante ao longo da sua vida e que nos deixa precocemente. Então, fica aqui mais uma vez a nossa solidariedade a toda a família e a toda a população de Nova Aurora. Quero também aqui falar de um Projeto que hoje vamos votar, Deputada Luciana Rafagnin, em Redação Final, que é o Projeto de Lei n.º 262/2019, de nossa autoria – eu e a Deputada Luciana apresentamos este Projeto. Este Projeto vai instituir no Paraná a Política Estadual de Combate à Violência contra a Mulher. O Paraná é um Estado muito violento para a mulher, é o terceiro mais violento no Brasil; e o Brasil é um País também muito violento para as mulheres, é o quinto mais violento para a mulher no mundo. Então, portanto, o que fizemos até agora foi insuficiente para fazer frente a esta demanda, fazer frente ao machismo. Precisamos pôr fim ao machismo, precisamos promover a igualdade, precisamos ter paz em casa, ter paz em nosso País. Cinquenta e dois por cento da nossa população é formada por mulheres e as mulheres são vítimas de um machismo que é estrutural, de um machismo que está incutido na nossa cultura. E o machismo é ensinado, ele é aprendido. Precisamos desconstruir isso. Por isso, este Projeto é muito importante. Quero aqui cumprimentar todos os Deputados e Deputadas que votaram nas Comissões Temáticas a favor do Projeto e que votaram em Plenário também, sempre aprovado aqui por unanimidade, criando a Política Estadual de Combate à Violência contra a Mulher no Estado do Paraná. E agradecer a parceria boa da Deputada Luciana na construção deste importante Projeto. Então, mais uma vez aqui a minha gratidão a todos e todas que contribuíram e ao coletivo que trouxe este debate para o nosso mandato, coletivo formado por homens e mulheres que lutam para pôr fim à violência contra a mulher no Estado do Paraná. Quero

também aqui, neste tempo que está restando, quero aqui neste momento mais uma vez solicitar ao Governador que atenda às reivindicações trazidas pelo Fórum dos Servidores, inclusive no dia 21 de junho teve uma paralisação, tivemos reuniões com o Governo depois dessa paralisação do dia 21 e tem uma pauta com poucos pontos, que é a reposição salarial da data-base, que é o pagamento da última parcela de 3,39, aprovado em lei aqui na Assembleia e que ainda não foi pago, precisa ser pago, tem a suspensão do desconto da previdência para os aposentados... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir, Presidente. Tem a suspensão do desconto da previdência para aposentados e aposentadas do serviço público até o teto do INSS – isso já era isento antes da reforma da previdência e precisa voltar a ser isento. E também promoção, progressão, quinquênio e anuênio precisam ser pagas. E outro ponto, que é tirar esse vídeo para a escolha de professores PSS. Então, fica aqui mais uma vez a nossa solicitação ao Governador, que atenda às reivindicações dos servidores do Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): No Grande Expediente, Deputado Goura.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Muito obrigado, Sr. Presidente. Senhor Presidente, quero começar agradecendo, na última quinta-feira tivemos aqui no Plenário da nossa Assembleia Legislativa um ato histórico, uma Sessão Solene em homenagem a dois grandes líderes da Umbanda aqui do Paraná, das religiões de matriz africana, o Sr. Feliciano Rodrigues e a Dona Tereza Rodrigues, do Terreiro do Pai Tomé e da Mãe Rosária, aqui no Abranches. Concedemos a eles, Deputado Nelson Justus, a cidadania honorária como cidadãos paranaenses e

fizemos um grande ato ecumênico aqui na nossa Assembleia, com a presença do Sheik, a liderança islâmica da Mesquita, representante de Dom Peruzzo, o Padre aqui da Paróquia Santo Agostinho estava presente, representante da Sinagoga, representantes budistas e *hare krishnas* e a Assembleia foi tomada por adeptos da religião da Umbanda e foi um grande ato, um ato para reafirmarmos a mensagem do amor, a mensagem da unidade, a mensagem contra a intolerância. Não poderia deixar, Sr. Presidente, de agradecer a V.Ex.^a, agradecer a todos os servidores da Assembleia, pelo apoio que tivemos aqui para essa Sessão Solene. Muito obrigado. Senhor Presidente, também manifesto com o coração entristecido, na última quinta-feira, o falecimento de uma das maiores referências da Ciência Paranaense, do Professor Paulo da Cunha Lana. Ele faleceu aos 66 anos. Foi um dos grandes responsáveis pelo Centro de Estudos do Mar, da Universidade Federal do Paraná. Ele se intitulava uma mistura de biólogo, oceanógrafo e ecólogo, conforme escreveu no seu próprio *curriculum lattes*. Então, é uma perda para a Ciência do Paraná. Estamos encaminhando hoje ou amanhã um voto de pesar, ao qual pedimos o apoio de todos os Deputados. Nesse sentido, Sr. Presidente, também aproveito aqui a lembrança do Professor Paulo Lana, para trazer a este Plenário uma carta que recebemos hoje, na qualidade de Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Paraná, uma carta endereçada à minha pessoa, mas endereçada também a todos os Parlamentares e ao Sr. Presidente. Essa carta, Sr. Presidente, é uma manifestação contrária ao Projeto de Lei 257/2022. Então, vou ler na íntegra essa breve carta, para que fique registrado aqui na nossa tribuna: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Ecologia, Deputado Goura, as organizações, por meio desse abaixo-assinado, vêm perante a esta Casa Legislativa Estadual se manifestar contra o PL 257/2022, que retira as atribuições do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, o Colit, instituídas pela Lei 12.243/98. Esse manifesto tem por objetivo alertar sobre a supressão das prerrogativas históricas desse conselho, criado em 1984. Entendemos como fundamental o aprofundamento das discussões sobre o Projeto de Lei, para que as atribuições do Colit não percam a sua finalidade. Cabe considerar que o decréscimo do poder de participação

democrática do seu colegiado representa um retrocesso por parte da administração pública. Dessa forma, é necessário realizar um debate amplo e democrático por meio de Audiência Pública, com o envolvimento dos conselheiros do órgão, sociedade civil, academia e esfera governamental, antes de levar qualquer proposta ao Plenário desta Casa de Leis. O Projeto de Lei deve assegurar o envolvimento dos atores sociais, ora estabelecido pela Constituição Estadual do Paraná, art. 207, § 1º, I. Lembrando que o Colit exerce as funções instituídas pelo Decreto Federal 5.300/2004, art. 13, que trata sobre o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e a Ocupação da Zona Costeira. A aprovação do Projeto de Lei de forma acelerada poderá trazer prejuízos para a gestão pública, ao passo que fica limitado o exercício da cidadania, em contrariedade ao art. 1º da Constituição Federal e ao próprio Estatuto das Cidades, Lei 10.257/2001. Ressaltamos que o Colit é órgão essencial para colaborar tecnicamente com a gestão de território. Nos termos do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná, o PDS, reitera-se assim a nossa posição contrária à atual proposta do PL e o requerimento de que a questão seja discutida com maior profundidade e com ampla participação das comunidades litorâneas, do setor produtivo e dos demais envolvidos com a região costeira, uma vez que está em jogo o futuro do litoral paranaense e do ordenamento das cidades, em nome da paz social.” Respeitosamente, assinam a carta, Sr. Presidente, prezados Deputados, a Associação Mar Brasil; o Instituto de Pesquisas Cananéia; Programa Grandes Mamíferos da Serra do Mar; a Secretaria de Meio Ambiente, Cultura e Urbanismo de Morretes; a Universidade Federal do Paraná em vários câmpus e cursos; a SPVS; o Instituto Federal do Paraná; a Demadan; a Mater Natura; GEAS; o Instituto Coletivo das Águas; a Apave; bem como a Rede Paranaú Criativa; e também a Associação de Moradores da Bacia do Rio Sagrado; Instituto Luz da Consciência ONG Serra Mestra. Senhor Presidente, prezados Deputados, o PL 257, já mencionado, está tramitando em regime de urgência. Ele chegou hoje à nossa Comissão de Meio Ambiente e é do nosso intuito, Sr. Presidente, fazer um amplo debate com a sociedade. Entendemos que a destituição do Colit já estava nos planos do Governo Ratinho

Junior, desde o início do seu Governo. Desde o início do seu Governo já estava em curso essa proposta. Posicionamo-nos, Sr. Presidente, contrários a essa proposta. Muitas vezes, inclusive, o Deputado Marcio Nunes me acusou aqui da tribuna de ser contra o desenvolvimento do litoral, de ser contra obra, de ser contra investimento. Aqui reforçamos, Deputados, somos, sim, a favor de investimentos no litoral; somos, sim, a favor, Deputado Justus, de obras que tragam o benefício não apenas dos frequentadores eventuais do litoral, mas os moradores do nosso litoral, mas queremos, sim, que a legislação ambiental seja cumprida; queremos, sim, que todos os processos de democracia, de participação, de envolvimento da comunidade civil e da comunidade científica sejam devidamente contemplados. Então, se o Governo do Estado tem planos para o litoral, que podem envolver às vezes edificações maiores e mais altas ou grandes empreendimentos, não podemos prescindir, não podemos abrir mão da participação popular, da participação e do controle social, Deputado Bazana. Muito se fala que o papel do Poder Legislativo é o papel de garantir a fiscalização das obras do Poder Executivo. Pois bem, esse controle não é apenas prerrogativa de nós, Parlamentares. É necessário que a sociedade como um todo exerça esse papel e, para isso, os conselhos são fundamentais. Então, em minha opinião, é um contrassenso e um despropósito enfraquecermos conselhos. Os conselhos cumprem esse papel, que já disse, importantíssimo de garantir a devida fiscalização. Por fim, Sr. Presidente, se o Estado se diz o Estado mais sustentável do Brasil, se na propaganda oficial esse é o *slogan* que é falado e *martelado*, repetidamente, até que como diz o livro *A mentira se torne uma verdade*, mais uma vez a nossa Oposição, Deputado Arilson, de forma muito consequente, de forma muito responsável, tem falado o que tem que ser feito para o Paraná ser de fato sustentável. Temos lá, Deputado Nelson Justus, o Parque Estadual do Boguaçu, esse parque no município de Guaratuba, que o senhor representa. Um parque criado no papel em 1988. É um parque que precisa ser efetivado com um plano de manejo, com controle. Saudamos a iniciativa do Governo do Estado de ampliação do Parque Rio da Onça, muito bom, excelente, mas assim como esse parque, temos aqui pertinho, já falei muitas vezes, o Parque da Baitaca, Parque

Pico Paraná, Parque do Morumbi, que precisam dos seus planos de manejo. Então, temos que garantir, para que o Paraná seja de fato o Estado mais sustentável da República, investimentos em conservação, investimentos nas unidades de conservação, investimentos efetivos para a recuperação da cobertura florestal do nosso Estado. Por outro lado, garantir todos os meios de participação popular. Garantir com que os cientistas paranaenses, cientistas brasileiros, possam direcionar suas pesquisas para o bem-estar do nosso Estado. Também na semana passada tivemos uma Audiência Pública sobre a NDC, que é a contribuição que o Estado brasileiro vai dar ao Acordo de Paris e uma discussão específica sobre o Estado do Paraná e as emissões de carbono do nosso Estado. O Estado do Paraná, Deputado Tadeu, representa de 3 a 4% das emissões de carbono de todo o Brasil, 3 a 4%. E 80 a 90% das emissões paranaenses, estamos falando de milhões de toneladas de carbono, são oriundas de duas fontes: a agricultura e o transporte. Como é que vamos falar de sustentabilidade se não direcionarmos os nossos esforços para a mitigação desses dois ramos que são os responsáveis por quase a totalidade das emissões de carbono? Então, mais uma vez reforçamos, e aqui saúdo, Deputado Tadeu, os esforços de V.Ex.^a para o fortalecimento da agroecologia, para repensarmos o modelo de agricultura que temos no nosso Estado. Deputada Luciana, Deputado Lemos, precisamos fortalecer a agroecologia e precisamos, sim, garantir um setor de transporte mais limpo, mais sustentável, seja para o transporte de carga, mas também para o transporte de pessoas. Era isso, Sr. Presidente. Fazemos esse apelo à Liderança do Governo para que o PL 257, Deputado Homero, que está em regime de urgência, tirando atribuições do conselho do litoral do Paraná, possa ser devidamente discutido com os Deputados e com o conjunto da nossa sociedade. Por fim, Sr. Presidente, agradecer a V.Ex.^a, hoje temos em pauta, Deputado Justus também o meu agradecimento, o PL que institui a política estadual de apoio à cultura do bambu, pensando na sustentabilidade, pensando na indústria têxtil, na indústria alimentícia, na indústria de roupas que já mencionei, mas tantas potencialidades que o bambu tem para o nosso Estado. O Projeto será votado em

2.^a discussão, depois de ter recebido emendas aqui de Plenário. Então, era isso, Sr. Presidente. Agradeço a atenção de todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Vereador de Pinhais, Sr. Fabrício Souza, por solicitação do Deputado Guto Silva. Próximo orador, Deputado Galo.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Galo (PP); Homero Marchese (REP); Ricardo Arruda (PL); Nelson Justus (UNIÃO); Nereu Moura (MDB); Tadeu Veneri (PT); Marcio Nunes (Governo); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, membros da Mesa Diretora, Deputadas, Deputados, você que nos assiste aí pela *TV Assembleia*, os alunos que se encontram aqui hoje nesta Casa de Leis, nossa saudação. O detalhe é o seguinte, parece até ser repetitivo o assunto que me traz hoje aqui, Sr. Presidente Traiano, mas é que estou preocupado, Presidente, com a cidade chamada Mato Rico, V.Ex.^a deve conhecer. Estamos hoje lá talvez com 3.400, 3.500 habitantes. Como é que um cartório que tem dentro de Mato Rico pode sobreviver? Lorde conhece bem essa história. Mas não estou lhe provocando não, Nelson, e V.Ex.^a conhece isso aí de cor e salteado o que vou falar, assim como o Presidente Traiano. Porém, somando-se a Mato Rico temos diversos municípios que não podem sobreviver se não tiver o Funarpem para agir, se não tiver o Funarpem fecha o cartório de Mato Rico. E como é que podemos fazer isso funcionar por meio desta Casa de Leis? Trazendo para a votação esta lei que tem que passar por aqui, que já se encontra aqui dentro da Assembleia Legislativa aguardando V.Ex.^a, Presidente Traiano, decidir colocar na pauta. Quando cito o lorde, que é o nosso querido Nelson Justus, que é um dos mais experientes Deputados que temos dentro do Estado do Paraná, quiçá do Brasil, sem deixar de lado os outros que têm larga experiência. Mas essa questão do Funarpem, tenho algumas pessoas que também moram em municípios pequenos, Farol, grande Farol, pequenininho também, lá tem cartório, Mato Rico tem cartório, mas como é que

esse povo vai sobreviver se daqui o Funarpen não puder dar apoio? Hoje não é mais “carteirada”, cartório não se resolve em “carteirada”. Diz a longa história no passado que um cavaleiro distante conseguia resolver as questões dos cartórios. Mas hoje em dia não é assim, há muito tempo não é assim. “Faça concurso público, seja aprovado”. Aí o cara faz o concurso público, é aprovado, diz: *Opa, poderei ser então um cartorário, para onde vou? Vou para Mato Rico.* Aí chega ele chega a Mato Rico, olha para esquerda, olha para a direita, e acabou a avenida, acabou a rua, aí ele olha e fala: *Poxa, mas aqui tenho 3.500 habitantes*. *Como é que ele vai sobreviver?* É ele e mais um funcionário. Se não passar até novembro, Curi, nobre Deputado Curi, se não passar até novembro aqui nesta Casa de Leis, diversos e muitos cartórios serão fechados no Estado do Paraná, porque não há possibilidade nenhuma de sobrevivência. E por que insisto aqui nesse assunto, que é a segunda, terceira ou quarta vez que venho falar? Para tentar sensibilizar nesta Casa de Leis e o nobre Presidente Traiano. Mato Rico inclusive é município do meu amigo Curi, então se mexa aí Curi. Então, meu querido Presidente, por isso que estou falando com ele, é que tenho muito respeito pelo Nelson Justus, e não *cutuco a onça com vara curta e nem um leão*, que é o Nelson Justus. E o Nelson está me olhando e dizendo assim, só no olhar, pelo respeito que tenho a ele: *Galo, sei o que você está falando, Galo.* Pois é meu nobre Presidente Nelson Justus, falo no Traiano, mas vem para V.Ex.^a. E na verdade, já que o Curi soltou, vou provocar e vou solicitar ao nosso querido Presidente, a Comissão, uma das mais importantes desta Casa, que é a CCJ, para que possa avaliar e trazer o mais rápido possível. Por quê? A Ministra Rosa Weber, Sr. Presidente Turini, ela já disse que é constitucional o Funarpen, porém, se até novembro, no dia 24 de novembro não for apreciado aqui nesta Casa de Leis, *bye, bye*. Vai para onde? Existem já alguns querendo: *É meu, é meu, Funarpen é meu, e é meu.* É meu nada, o Funarpen tem que ficar aí para atender aos pequenos cartórios, ou fecha. Hoje um pequeno cartório recebe o apoio de aproximadamente, se não estiver errado, sete, oito, nove, no máximo dez salários mínimos para ele estar lá no Mato Rico e dizendo para o povo: *Registro civil de graça.* Graças a Deus. *Óbito, de graça.* Graças a Deus. Então, o cartório está lá para fazer o serviço gratuito para a

população, e esta Casa de Leis então não vai entrar em ação para continuar, meu prezado Boquinha, que está aí hoje secretariando a Mesa, e fazer com que esse serviço continue sendo de graça? Senão vejamos. Fiz uma anotação aqui, meu tempo permite, vejam só, na conta que fiz aqui, fui me informar, o Funarpen. O que é o Funarpen? O Funarpen é quem vai fornecer o selo para o cartório pegar os grandes cartórios, os grandes cartórios, os grandes cartórios, os milionários cartórios, aqueles que têm condições, aqueles que podem, vão lá e compram o selo. É desse selo, aí volta o quê? Volta a grana para o Funarpen, ele vendeu, recebe. Aí o Funarpen faz uma divisão. Nessa divisão, tenho uma anotação aqui, 2% para o Inoreg, que é o Instituto dos Escrivães, Notários e Registradores do Estado do Paraná. Entre outras coisas, tem mais, mas anotei esse aqui, 1.5% para a Anoreg, que é a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná; 1.5% para o Irpen, Instituto do Registro Civil de Pessoas Naturais do Paraná. E a divisão vai passar pelo Tribunal de Justiça também, ainda vai um respaldo para o Tribunal de Justiça, que é favorável ao Funarpen, acompanhando o que a Excelentíssima Sr.^a Ministra fez na sua canetada, está lá para quem quiser ver, ela disse que é constitucional. Ora, se existe, meu prezado e querido Nelson Justus, o qual faço o apelo direto, se existe tudo isso, de legalidade, por que vamos ter que esperar até novembro, no apagar das luzes, e deixar na aflição os pequenos cartórios? Então, em nome do povo que tem esse serviço de graça, em nome dos pequenos cartórios, em nome daqueles que fizeram os seus concursos, passaram e foram para pequenas cidades: *Não, aqui tem um cartório para atender às pessoas gratuitamente porque passei no concurso e estou atendendo. Mas se a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná não legalizar, vamos fechar.* E aí como é que vai ser a vida dessas pessoas? Então, deixo o meu apelo a esta Casa de Leis. Deixo o meu apelo ao meu querido amigo e experiente Nelson Justus, que é um profundo convededor de tudo isso. Senhor Presidente Turini, agradeço imensamente à Mesa, mais uma vez folgo, só para encerrar, Presidente Turini, saindo desse assunto. Hoje, pela manhã, recebi uma notícia que é da sua área, Dr. Batista que está lá olhando o seu celular, ah, está me olhando, é? No posto de saúde do Boqueirão, Doutor, chegou uma mãe, e é a

mãe de uma funcionária minha que está aqui, foi levar o seu filho. Aí o marido liga e fala assim: *Olha, o fulano também não está passando bem.* Garganta totalmente inflamada, passando mal, já faz três dias que essa família não dorme. Quando chegou aqui no Boqueirão para ser atendida, foi atendida com a seguinte resposta: *Mamãe, não podemos fazer nada, estamos com 36 crianças do mesmo jeito.* Não é que está faltando médico. Médico tem. Não temos é condição de atender dessa forma. Senhor Presidente, liguei para algumas outras UPAs e me assustei. Lotado. Com o mesmo sintoma, Dr. Batista. O senhor e o Dr. Turini sabem melhor, claro. Garganta totalmente entupida, febre, dor de ouvido. Não é que falta médico. Não sei o que é isso. Vida longa, Sr. Presidente Turini. Um abraço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Homero Marchese.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, população que nos assiste. Hoje é 4 de julho. Vou começar este discurso lembrando a maior geração de estadistas da história do mundo em um momento em que os astros se alinharam e gente do nível como George Washington, John Adams, Thomas Jefferson, James Madison, Alexander Hamilton, Benjamin Franklin puderam conviver na mesma geração e defender ideias como estado limitado, independência dos Poderes, necessidade de representação para tributação, federalismo e uma série de outras ideias que passaram a ser básicas nas democracias ocidentais. Então, a eles, a minha homenagem. Quem matou Celso Daniel? Essa é a pergunta que o Brasil inteiro faz há 20 anos. Em 18 de janeiro de 2002, o então prefeito de Santo André foi sequestrado, depois de deixar uma churrascaria, levado a um cativeiro, torturado e morto dois dias depois com 11 tiros. Após a morte de Celso Daniel foram mortas, assassinadas, Deputado Fruet, outras sete pessoas, que testemunharam de alguma forma, que tiveram relacionadas com o caso. Vou repetir. Sete pessoas. Em uma história macabra que parece até o roteiro de um filme. Primeiro morreu o Dionísio Severo, que foi um dos sequestradores, que havia sido retirado da prisão dois dias antes do

crime. Depois a pessoa chamada Sergio Orelha, que escondeu o Dionísio em casa após o sequestro. Foram morrendo, não necessariamente na mesma ordem. Otávio Mercie, investigados da Polícia Civil, que telefonou para o Dionísio na véspera da morte do Celso Daniel. Antonio Palácio de Oliveira, o garçom que serviu Celso Daniel na noite em que ele foi à churrascaria e, aliás, depois do crime, a polícia interceptou uma ligação telefônica entre um Vereador do PT da cidade e o Sombra que dirigia o carro em que o Celso Daniel estava e o Vereador perguntou: *Quem te atendeu? Foi aquele garçom de sempre?* Paulo Henrique Brito, que testemunhou a morte do garçom. Iran Moraes Redua, o agente funerário que reconheceu o corpo do prefeito jogado na estrada e que chamou a polícia. Carlos Delmonte Printes, legista que atestou que havia tortura no cadáver. E, curiosamente, um dos Deputados do PT que acompanhou o caso disse para a família que ele não havia sido torturado, mas o legista disse que foi torturado. E teve mais. Em agosto de 2010, a Promotora Eliana Vendramini, que estava investigando o caso novamente, sofreu um acidente em uma via de São Paulo, teve o carro abalroado, por diversas vezes, por um veículo conduzido por alguém que não se sabe ainda quem, e capotou com esse veículo. A Polícia Civil concluiu se tratar de um crime comum. Os sequestradores teriam ido, naquela noite, atrás de outra pessoa, não conseguiram interceptá-la e acabaram capturando o Prefeito que andava ali pelo mesmo local com um carro importado. O empresário Sergio Gomes da Silva, o Sombra, que dirigia o carro, teria sido confundido com o motorista dessa pessoa sequestrada e por isso teria sido deixado no local, mas muita gente nunca acreditou nessa história, a começar pelo Ministério Público que reabriu o caso, estava processando o Sombra como mandante do crime e o Sombra acabou falecendo, em 2016, vítima de um câncer. A família de Celso Daniel também nunca acreditou na história e falou, diversas vezes, que o crime teria sido político. O Celso Daniel saberia demais de esquemas de corrupção para favorecer o Partido dos Trabalhadores. De acordo com essa versão do caso, empresas de ônibus de Santo André faziam caixinha ilícita para financiar as atividades do PT, mas algumas pessoas queriam ser mais malandras que os malandros e, em vez de distribuir o dinheiro para o partido, estavam pegando para

si próprio, Vereadores e Deputados do PT. É esse golpe dentro do golpe que o Celso Daniel teria descoberto e, por conta disso, teria sido morte depois de preparar um dossiê em que esclareceria essas questões. E essa história ganhou um capítulo novo essa semana quando a revista *Veja* revelou trechos de uma delação premiada do Marcos Valério, publicitário Marcos Valério, fechado há 10 anos com a Polícia Federal e foi homologado pelo Ministro Celso de Mello do STF. Vejam só, não é só lá em Minas Gerais que se seguram delação premiada. Aqui no Paraná acontece também. Não é só aqui que acontece. Lá também acontece, em Minas Gerais. Dez anos que a delação premiada está lá. E o Marcos Valério vocês vão se lembrar, foi operador do mensalão. Era ele que levava dinheiro para comprar parlamentar para votar as pautas do Governo. Foi condenado a 37 anos de prisão por conta disso. No trecho divulgado, nessa semana, o Marcos Valério afirma que ouviu do então Secretário-Geral do PT, o Silvio Pereira, o famoso *Silvinho Land Rover* detalhes do que seriam a relação entre petistas e o Primeiro Comando da Capital, o PCC. Segundo Valério, o empresário do ramo de transportes, Ronan Pinto, chantageava o então Presidente Lula para não revelar o que seria supostamente uma bala de prata contra a primeira eleição do Presidente Lula. Detalhes de como funcionava o esquema de corrupção envolvendo a arrecadação de recursos para a campanha do PT. De acordo com Marcos Valério, o então Secretário-Geral, o *Silvinho Land Rover*, informou que Ronan ameaçava revelar que o PT recebia clandestinamente dinheiro de empresa de ônibus, de operadores de transporte pirata, os famosos perueiros, e de bingos e que esse dinheiro dos bingos era também fruto de *lavagem de dinheiro* do PCC, que financiava vereadores e Deputados do partido com dinheiro vivo. E há cerca de um mês outro fato estranho relacionando membros do PT ao PCC foi revelado, quando o Denarc em São Paulo, Departamento Estadual de Investigações sobre Narcotráfico, pediu a prisão e o sequestro de bens do contador João Muniz Leite, por suspeita de *lavagem de dinheiro* para o PCC. O contador João Muniz Leite ganhou, com a sua esposa, 55 vezes em loteria, Delegado Jacovós, e em uma delas ele dividiu um prêmio de R\$ 16 milhões, da Mega Sena, com o traficante Anselmo Becheli Santa Fausta, o *Cara Preta*, conhecido como um dos principais

fornecedores de droga do PCC em São Paulo e que foi morto em dezembro do ano passado. Como é que a pessoa ganha 55 vezes na loteria? Aí o delegado do caso disse: apostavam mais do que o dinheiro esperado. Apostavam mais e ganhavam menos e *lavavam* o valor do prêmio. Às vezes também se tem um gerente da Caixa Econômica Federal, aí você compra o bilhete premiado e também *lava* o dinheiro dessa forma. São maneiras de *lavar dinheiro* com loteria no Brasil. Famosas maneiras. E quem é o João Muniz Leite? Justamente o contador de confiança da família do Ex-Presidente Lula. Não só fez as declarações do imposto de renda do Lula de 2013 a 2016, como abriu, pelo menos, quatro empresas do filho do Lula, o Lulinha. Três delas estão sediadas no mesmo endereço em que ele mantém o escritório de contabilidade dele. E os investigadores do Denarc comprovaram que um membro do PCC comprou uma empresa de ônibus, em São Paulo, com o *dinheiro lavado* na loteria. Olha o tamanho da organização do crime, tem até empresa de ônibus de São Paulo com contrato com o Estado. A 1.^a Vara de Crimes Tributários de São Paulo determinou o bloqueio de R\$ 40 milhões em bens do contador e de membros do PCC. Coisas curiosas sobre esse fato têm a ver com o fato de ele ser mal divulgado. Alguns veículos de imprensa, que costumam tratar com grandes proporções algumas denúncias contra determinadas pessoas, mal falaram desse assunto, com exceção da *Revista Veja*. O que está acontecendo? O Lula já foi condenado por corrupção, ficou preso, foi solto depois por questão processual, por decisão de um STF absolutamente ideologizado, e agora é candidato a Presidente de novo. Com, dizem as pesquisas, com chance de voltar à Presidência. E a pergunta que faço: existe alguma relação do PT com o PCC? Existiu alguma relação do PT com o PCC? Ela existe ainda? Em um eventual Governo do Partido dos Trabalhadores, qual vai ser a postura do PT com o PCC: será dura ou *vai pegar leve* com o PCC? Em relação, por exemplo, à transferência dos *cabeças da quadrilha* que aconteceu em 2019 para presídios de segurança máxima, presídios federais, o que que vai fazer o PCC, vai devolver de volta para os presídios de origem ou não? Essa é uma pergunta que as pessoas do Brasil merecem receber resposta. É evidente que o Partido é um Partido grande e não estou acusando todos os membros do

Partido de qualquer coisa. É evidente que isso é assunto, eventualmente, de algumas poucas pessoas no comando do Partido, mas são questões que nos chamam a atenção e a sociedade brasileira merece resposta. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador com a palavra, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputados, Deputadas e os que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia*. Pode aumentar um pouquinho o som, por favor, está meio baixo aqui. A minha fala será também a mesma pauta que o Deputado Homero Marchese falou nesta tribuna, porque é uma pauta delicada demais, demais. Envolve crime de *lavagem de dinheiro*, de assassinato e outras séries de crimes sempre envolvendo a facção criminosa que é esse Partido Político chamado PT. Não sou eu que digo não, quem diz aqui é a delação do Marcos Valério, que cuidava do caixa dois do PT. Diz ele que ele cuidava de um caixa em torno de R\$ 100 milhões e lá ele fazia as manobras com as orientações dos líderes do Partido do PT, Lula e companhia limitada. O incrível que ninguém da imprensa, *Rede Globo*, *G1*, nenhuma grande mídia falou nada de um caso tão grave que foi essa delação do Marcos Valério. Ninguém fala absolutamente nada. Imagine se fosse o Presidente Bolsonaro? Ele dá um espirro torto e já sai no Fantástico, no *Jornal Nacional*. E o “descondenado”, outro dia saiu uma matéria aqui, que o contador do Lula, contador que faz o imposto de renda dele, foi preso suspeito de *lavagem de dinheiro* para quem? Para o PCC. O contador do Lula lá de São Paulo ganhou 55 vezes na loteria em um ano. E, conforme investigação, diz lá, que ele deu dinheiro para traficante, enfim, está esquentando *dinheiro* do PCC. Obviamente, não podemos afirmar, mas como é o mesmo contador, a mesma linha, devia fazer o mesmo com o “descondenado” Lula. Outra coincidência: o escritório desse contador fica no mesmo prédio que o escritório que o Lulinha, o filho do Lula, tem escritório. É muita coincidência, muita. Está todo mundo junto e organizado, a quadrilha um perto do outro. E essa delação que é muito grave, que o Marcos Valério fez, ele liga PT ao PCC,

claramente a ligação que tem um com o outro e ainda diz da morte do Celso Daniel, que provavelmente foi um acordo para tirar a vida dele, e o PCC está envolvido nisso. Todas essas evidências e a mídia calada; e a esquerda calada, como sempre. Eles fingem que não ouvem, fingem que não sabem que esse Partido realmente é um Partido envolvido ao crime organizado. Ninguém tem dúvida disso e a polícia vai chegar a essa conclusão, porque já estão levantando as informações. Aí sai outra matéria que liga o nome do Governo PT. O Ministério Público Federal cobra da Caixa Econômica R\$ 5 bilhões de prejuízos por corrupção na era do PT, cinco bi. Deputado Elio Rusch, é só corrupção, são bilhões e bilhões, onde mexe tem corrupção do PT e ninguém fala nada. E o STF, famoso STF, “descondenou-o”. “Descondenou” entre aspas, não é, quer julgar novamente que nunca vai julgar porque vai caducar o processo e esse sujeito que tem as mãos sujas não só de dinheiro roubado, como pode estar envolvido na morte de alguém, é candidato a Presidente da República do nosso País. A pergunta que fica aqui, acho que todo brasileiro quer saber: alguém sabe realmente se o STF vai lançar um candidato próprio a presidente ou se vai manter a coligação com o PT? Porque não é possível isso, não é possível tantos indícios de criminalidade e o Lula está aí, na boa, candidato a presidente, continua mentindo para o povo. Agora, na Bahia, mais um golpe tentaram dar. Fizeram *Photoshop*. O Presidente Bolsonaro foi lá: teve “motociata”, multidão em volta dele. O Lula, para variar, longe do povo, montou um cenário como se tivesse muita gente em volta dele. Agora estão dizendo que foi um erro, não sei o quê. Então, eles estão criando um factoide, estão inventando um povo que pode votar no Lula que não existe, não tem povo, porque o cara não sai na rua! Porque embora o STF “descondenou” o povo não “descondenou” ele, ele continua sendo visto como o maior ladrão do nosso País. E o povo não perdoa isso. Onde esse sujeito anda, ele é xingado de ladrão: é no hotel... outro dia ele estava no corredor de um hotel e foi chamado de ladrão. Ele vai a um hotel hoje e ele não vai tomar café no salão não, e é candidato a Presidente, ele toma escondidinho no quarto dele. E essas empresas de pesquisas compradas pelos banqueiros para colocar o Lula na frente já estão *caindo por terra*, já estão mostrando Bolsonaro à frente.

Saiu agora o *Paraná Pesquisa* em São Paulo que colocou o Bolsonaro na frente. Porque está muito escancarada a diferença, a opinião popular favorável ao Presidente em qualquer lugar do Brasil: é Norte, é Nordeste. Qualquer lugar! E por que isso? Porque este Governo Bolsonaro entrega as obras, não mente e o povo está enxergando isso. Aí vem o Partido dos Trabalhadores que diz que defende o povo: todos os Senadores do PT votaram contra abaixar o valor do combustível. Todos. Os nove Governadores que fazem parte da região Nordeste, todos entraram com uma ação para tentar tirar esse Projeto de Lei. Então, minha gente, o PT gosta do povo realmente e não quer abaixar o valor do combustível? Ora, é tão escandaloso o que estamos vendo aqui, ainda eles querem, outro dia... querem achar algum roubo no Governo Bolsonaro e não conseguem! E vai fazer CPI do MEC, vai fazer o que quiser e não vai achar, porque não tem nada que envolva o Presidente. Se algum Ministro errar, com certeza será punido. Então, essas narrativas da esquerda de tentar manchar este Governo Bolsonaro, cada dia mais, estão caindo no fundo do poço, porque não tem o que falar. E a economia brasileira subindo a cada dia. A geração de emprego a cada dia aumentando. O aumento do PIB. O Brasil é um dos países que aumentou mais o PIB em relação às grandes potências mundiais, pós-pandemia e durante essa guerra da Rússia com a Ucrânia. Então, o Brasil vem na prosperidade, porque tem uma gestão séria, competente e honesta. O que não podemos é deixar que esses banqueiros, que nunca ganharam tanto dinheiro como ganharam no Governo Lula, influenciem as pesquisas eleitorais, porque o Governo Bolsonaro não faz conchavos nem com dono de televisão, nem com banqueiro, nem com ninguém que queira prejudicar o nosso País. Ele enxerga primeiro o nosso Brasil e o povo brasileiro, tanto é que a criação do PIX tirou por ano dos banqueiros R\$ 20 bilhões, dinheiro este que ficava na mão de poucos banqueiros, hoje está na economia, gerando emprego, aquecendo a economia. É esta a diferença de um Governo sério, que não tem conchavo político. Por essa razão, temos duas opções agora em outubro: ou continuar na prosperidade em nosso País e virar uma das primeiras potências mundiais, ou se tornar uma Venezuela, uma

Argentina, uma Cuba. O caos para o nosso País seria a volta desse Partido corrupto do PT e de toda a esquerda que sempre saqueou o nosso Brasil.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registrados a presença em nossa Casa do Sr. Alfredo Santos e do Sr. João Luiz Veiga, representantes da Associação dos Bambucultores, por solicitação do Deputado Goura. Próximo orador, Deputado Nelson Justus.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Senhor Presidente e Sr.^s Deputados. Costumo dizer que sou daqueles Parlamentares que pouco usa a tribuna, mas procuro usá-la em momentos muito especiais. E tal seria se depois do que aconteceu, neste final de semana, com a assinatura da autorização para licitação do projeto da ponte da Baía de Guaratuba, se não usasse da palavra no dia de hoje. E tenho que fazê-lo, primeiro, para agradecer. Quero agradecer e, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados, pedir desculpas a alguns membros do Governo e, em especial, ao nosso Governador Ratinho, porque neste último mês visitei-o quase que todos os dias. Telefonei... perdi a conta de quantas vezes telefonei ao Governador pela manhã, cedo, porque velho levanta cedo, não é, Omar? Então, o mesmo fiz com o nosso Chefe da Casa Civil, com a Procuradoria, com engenheiros, porque o prazo estava terminando. O prazo fatal era dia 1.^º, Sr. Presidente. O nosso Ex-Secretário Guto Silva sabe perfeitamente quantas pessoas lutaram e trabalharam, inclusive V.Ex.^a, como o Deputado Marcio Nunes, para que chegássemos aonde chegamos. Tínhamos, Deputado Marcio, criado, com algumas pessoas, e talvez V.Ex.^a não tenha conhecimento disso, mas uma fórmula diferente que permitiria legalmente que fizéssemos essa licitação, chegássemos a este momento. Tal foi quando, nos últimos dias, o Governador me diz no Palácio: *Nelson, não vamos seguir por essa linha. Não vai dar certo. Aquelas forças ocultas vão aparecer e vão atrapalhar essa ideia que é ótima, mas não é viável.* Quando saí de lá, Deputado Elio Rusch, cabisbaixo, e contei isso no meu pronunciamento no dia da assinatura, quando o Governador fechou a porta do gabinete, antes de ele fechar, disse: *Governador, posso lhe fazer um pedido?* Ele disse: *Claro, pode fazê-lo.* Disse: *Olha, se eu não estiver aqui quando for*

inaugurada a ponte, por gentileza, coloca o meu nome nela. Então, claro que o Governador disse: *Por favor, Nelson. Vamos inaugurar essa ponte e você vai estar lá.* Tenho, nosso Líder Marcel, a convicção plena de que tão logo fechou a porta, o Governador passou a mão no telefone, ligou para o Secretário da Fazenda e disse: *Olha, quero esse dinheiro na conta hoje, porque precisamos publicar esse edital amanhã.* Posso estar enganado, mas sensitivo como sou, tenho a convicção de que isso devia ter acontecido. Então, tenho que pedir desculpas pela persistência, pela “encheção”, a todas aquelas pessoas que participaram desse movimento. E agradecer a todos e a cada um, porque esta ponte emblemática não é de Guaratuba, não é deste ou daquele, é de todos os paranaenses que clamam por essa emblemática obra que tanta gente tentou, todos os Governadores que antecederam o Governador Ratinho também tentaram, mas quem teve a ousadia, a coragem e a competência foi o Governador. E palmas para quem merece. Então, uso a tribuna hoje, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados, para publicamente, emocionado, agradecer a uma plêiade enorme de pessoas que ajudaram a chegar a este momento, desde o Ministério Público, a Procuradoria-Geral, as Secretarias, os engenheiros, os advogados, todos os Secretários, mas a persistência de um Governador jovem, corajoso e ousado que, quando cruzei a porta do seu gabinete, disse: *Você não terá o nome na ponte não, Nelson. Você vai estar lá no dia da inauguração da ponte.* Se Deus quiser, vou estar lá, sim. Então, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados, Marcel, todas aquelas pessoas que não estavam nessa festa emocionante. O Deputado Galo, a Deputada Mara Lima e o Deputado Amaro representaram esta Assembleia, esta Casa, nesse dia. Ah, o Deputado Guto, claro, que também, mas podem ter certeza, vocês não imaginam o sorriso, a alegria e as lágrimas das cinco centenas de guaratubanos que aqui estavam para assistir a esse evento. Em meu nome e em nome de todo o Paraná, Governador Ratinho, muito obrigado.

Deputado Elio Rusch (UNIÃO): Nelson, permite-me um aparte?

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Pois não.

Deputado Elio Rusch (UNIÃO): Em primeiro lugar, Deputado Nelson, acompanho o seu trabalho aqui na Assembleia Legislativa desde 91, lá se vão 31, vai para 32 anos, e vejo, desde o seu primeiro mandato, sempre o senhor ergueu a voz em defesa de Guaratuba. Sou testemunha disso. Quero parabenizá-lo pela sua insistência e sua persistência na questão de Guaratuba. E não é só da ponte. Foi da praia, foi da infraestrutura, dotar a cidade de Guaratuba, uma cidade amplamente turística, e receber muito bem não só para os paranaenses, mas os paraguaios, os argentinos, os mato-grossenses, que usam e frequentam as praias de Guaratuba. E agora, na semana passada, V.Ex.^a, com o seu filho, o Prefeito, com as lideranças e a comunidade de Guaratuba, presenciaram pessoalmente quando o Governador do Estado Ratinho Junior assinou o edital da licitação dessa obra tão importante e que, como V.Ex.^a falou, não é de Guaratuba, mas a obra é do Paraná, a obra é toda nossa. Parabéns, Deputado Nelson Justus, pelo trabalho que tem realizado em Guaratuba e também em todos os municípios que V.Ex.^a defende aqui na Assembleia e junto ao Governo do Estado. Agradecer ao senhor, parabenizar, mas, acima de tudo, como V.Ex.^a disse, temos que reconhecer o trabalho e a compreensão que o Governador Ratinho Junior teve, também como com a engorda das praias de Matinhos, com um trabalho muito grande do nosso colega Marcio Nunes, quando era Secretário de Estado, tem realizado. Parabéns a vocês.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Muito obrigado. Você... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Nereu Moura.

DEPUTADO NEREU MOURA (MDB): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, subo a esta tribuna, aliás, tribuna que subi por muitas e muitas vezes para falar de tantos e tantos assuntos na vida do povo do Paraná e que ultimamente me reservei mais a ouvir do que falar. Hoje venho aqui para manifestar a minha solidariedade ao Prefeito de Nova Aurora, o meu amigo Pecinha, ao povo de Nova

Aurora, pela tragédia que ocorreu naquele município com o ceifamento da vida da Professora Sonia Brustolin, esposa do Prefeito Pecinha. Uma tragédia total e que comoveu não só o município de Nova Aurora, mas todo o Oeste do Paraná. Muito triste. E isso me trouxe, Deputado Elio Rusch, a esta tribuna, justamente para fazer eco, Deputado Marcel Micheletto, ao sentimento de tristeza pela morte de uma pessoa jovem, cheia de vida, sorridente, alegre, feliz e de uma família abençoada, que é a família do Prefeito Pecinha com a Professora Sonia, filha de um casal de grandes amigos meus, a Dona Ivone e o Sr. Orestes, que hoje já estão lá no céu. Com certeza a Sonia está neste momento lá no céu, com seus pais, o Sr. Orestes e a Dona Ivone, um casal de pioneiros do município de Nova Aurora. Ainda na sexta-feira estive em Nova Aurora fazendo uma visita e encontrei com a Professora Sonia, demos risadas, conversamos, batemos papo, falamos do futuro, da esperança, da vida, ela me trazendo solidariedade pela morte do meu irmão e no domingo veio acontecer essa tragédia com ela, um acidente bobo, um acidente inexplicável quando ela estava andando de bicicleta, fazendo ciclismo, meu caro amigo Deputado Goura, e infelizmente acabou se envolvendo em um acidente e perdeu a vida. Então, subo a esta tribuna para registrar as minhas condolências, a minha solidariedade, o meu pesar pela morte dessa professora minha amiga que tão precocemente partiu, enlutando o Oeste do Paraná. Sei, Deputado Marcio Pacheco, que V.Ex.^a esteve em Nova Aurora ontem, assim como o Deputado Adelino, não sei se o Deputado Marcel esteve lá, certamente também esteve, todos nós comovidos, porque... o Deputado Lemos também esteve lá, o Deputado Lemos que morou em Nova Aurora, também amigo da família, assim como todos somos amigos da família do Prefeito Pecinha. Concedo um aparte a V.Ex.^a.

Deputado Marcio Pacheco (REP): Deputado Nereu, quero apenas reforçar todo o pronunciamento que V.Ex.^a faz nesta tarde. Ontem foi realmente um dia de luto muito forte para toda a comunidade de Nova Aurora, para todos nós. Era próximo das 11 horas quando recebi uma mensagem do próprio Pecinha bastante emocionando, chorando, não era para menos, com a notícia que realmente deixou a todos atônitos, sem saber o que de fato tinha acontecido, porque é algo tão

surpreendente. Tivemos a oportunidade, à noite estive lá no momento da chegada inclusive do corpo, que foi celebrado na Igreja Católica de Nova Aurora, estávamos lá no momento eu, o Deputado Adelino e o Deputado Professor Lemos, e foi realmente assim... não preciso descrever porque as pessoas conseguem imaginar. Uma Primeira-Dama realmente muito querida, o Prefeito um Prefeito que todo mundo gosta dele, o Pecinha, e toda a população de Nova Aurora realmente bastante abalada, muito abalada. Então, fica aqui também o nosso registro de grande solidariedade, vamos certamente assinar aqui um documento expressando este sentimento também formalmente na Assembleia Legislativa. Então, parabéns a V.Ex.^a pelo pronunciamento, somo-me a ele e que Deus realmente conforte, ampare toda a família, porque com certeza a Sonia neste momento já deve estar em um lugar muito melhor do que o nosso, assim acreditamos. Parabéns e que Deus abençoe a todos.

DEPUTADO NEREU MOURA (MDB): Muito obrigado, Deputado Pacheco. Finalizo, Deputado Traiano, porque na verdade nunca, durante os oito mandatos que exercei nesta Casa, nunca subi na tribuna para falar de morte porque todos os dias ocorrem mortes nos municípios que representamos, entretanto, pela amizade, por tudo o que representa o Prefeito Pecinha no Oeste do Paraná, como bem disse o Deputado Marcio Pacheco, um homem que se dá com todo mundo, agradável com todo mundo, uma pessoa extraordinária, que respeita todo mundo, que não tem cara feia, uma pessoa de Deus, que tem Deus no coração, aquele homem e sua família. Lembro-me, Deputado Marcel, que sexta-feira, quando estive, com V.Ex.^a em Cafelândia e ele usou da palavra, ele esqueceu, ele citou todo mundo que estava presente, mas esqueceu o nome da esposa, Deputado Elio Rusch, V.Ex.^a estava que lá também, ele voltou atrás e pediu: *Perdão, minha mulher, não citei o teu nome no meu discurso*, em um gesto de humildade de fazer exemplo. Um gesto muito bonito e maravilhoso, parecendo até que estava se despedindo da sua esposa. Então, deixo registrado aqui nos anais. Acho que Vossa Excelência tem razão, Deputado Pacheco. Até estava com vontade de fazer um voto de pesar, mas acredito que se todos fizermos, fica simbolizado o

sentimento desta Casa, pelo passamento tão precoce da Professora Sônia Brustolin, de uma família tradicional de Nova Aurora.

Deputado Marcel Micheletto (PL): Também queria um aparte, Deputado Nereu.

DEPUTADO NEREU MOURA (MDB): Concedo o aparte a Vossa Excelênciа.

Deputado Marcel Micheletto (PL): Primeiro, pela história que Vossa Excelênciа tem com o Pecinha. O Pecinha é um grande homem. É um cidadão, um homem puro, de uma responsabilidade cívica, que tem com o seu povo, fantástica. Não tive a oportunidade de estar com Vossa Excelênciа lá, em um momento tão importante, que Vossa Excelênciа conquistou, por meio do seu esforço, com ele e com outras lideranças, com a comarca em Nova Aurora. Nova Aurora estava em êxtase com a pedra fundamental, com o Presidente do Tribunal de Justiça. Vi as postagens de Vossa Excelênciа e também do Pecinha, que me ligou. Aí no domingo, essa fatalidade. Digo com muita sinceridade, tenho muita dificuldade com relação a esse tipo de assunto com acidentes, porque não preciso nem relatar aqui a questão toda, que tive com o meu saudoso pai, a minha mãe que é vegetativa, os dois de acidente de trânsito. Aí, recebo também a notícia do Pecinha, eram 11 horas da manhã, que me deixou também assim *sem chão*.

DEPUTADO NEREU MOURA (MDB): Abalado.

Deputado Marcel Micheletto (PL): Abaladíssimo. Então, quero também aqui me solidarizar. Vou deixar hoje a Liderança para que o Marcio Nunes faça o seu pronunciamento. Amanhã vou falar no horário da Liderança também, quero me posicionar. Quero também aqui me solidarizar com Vossa Excelênciа, com relação ao seu irmão. Também aqui os meus sentimentos a uma família que tem construído pontes em todo o Estado do Paraná, com princípios. Quero me solidarizar a você, à sua família e ao nosso Pecinha. Sempre tenho isso comigo, que um dia vamos nos reencontrar com todos eles. Com certeza, eles estão em um lugar melhor, mas, enquanto isso, vamos seguindo em frente, levando a vida com essas feridas que o dia a dia nos traz, quando menos esperamos. Com

certeza eles estão em um lugar melhor do que nós. Os meus sentimentos ao seu irmão, a uma família tradicional, competente e responsável, que tem dado tantas coisas boas para o nosso Estado do Paraná, principalmente, com o seu trabalho que faz aqui na Casa e com Nova Aurora, porque na sexta-feira, foi por meio do seu esforço e do seu trabalho que Nova Aurora recebe aquela comarca, que vai ajudar imensamente o povo não só de Nova Aurora, mas da região. Então, a minha solidariedade a Vossa Excelência e a minha compaixão... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

Deputado Marcel Micheletto (PL): Voltaremos a nos reencontrar.

DEPUTADO NEREU MOURA (MDB): Agradeço do fundo do meu coração, Deputado Marcel, pelas palavras generosas de Vossa Excelência. Vou guardar com muito carinho, lembrando-me deste momento. Fica aqui, Deputado Traiano, a nossa manifestação da Assembleia Legislativa do Paraná, de tristeza, de pesar, de luto, pelo passamento tão precoce da Professora Sônia Brustolin, esposa do nosso querido amigo, Prefeito Pecinha.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Nereu, acho que a Mesa Executiva fará esse expediente em nome de todos os Sr.^s Deputados ao Pecinha, que conhecemos muito bem. Aliás, recentemente estivemos na Casa do Deputado Marcel Micheletto com um número grande de Prefeitos e o Pecinha estava lá. O Paraná inteiro conhece essa figura e, portanto, merece a nossa solidariedade. Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputados. Quero nesses 10 minutos, Sr. Presidente, dividir o tempo aqui, até porque temos uma série de situações que deveriam ser comentadas, mas quero fazer especificamente sobre duas. Não vou comentar as questões que ouvi com atenção, mas que me parecem que são novamente requeridas em ano eleitoral. Aliás, em ano eleitoral é interessante que esse Governo, que se diz tão sério,

dobra os seus gastos com publicidade. Para aqueles que sempre veem a *Rede Globo* como o demônio, aliás, o Jair Bolsonaro gosta muito de dizer isso, chamar de *Globo Lixo*. Mas essa mesma *Rede Globo*, que para os bolsonaristas é *Globo Lixo*, o ano eleitoral trouxe uma notícia muito boa. O Governo Federal dobrou os valores pagos em publicidade e destina, Deputado Homero, para a *Rede Globo* mais verbas, mais verbas para a *Globo* do que destina para a *Record* e *SBT*. Então, é o velho discurso vazio. A mesma coisa à delação da *Veja*, acho que é importante que acompanhemos, mas também me pergunto se essa mesma revista, que alguns criticavam tão veementemente há alguns dias, quando falava principalmente das milícias e de alguns envolvimentos da milícia com pessoas do Governo. Ou se a Caixa Econômica Federal que foi falada é a mesma do Presidente Pedro, que foi demitido por assédio sexual. Já são mais de 50 funcionárias que delataram o Presidente, o Vice-Presidente, por assédio sexual contra funcionários da Caixa. Amanhã, há um ato, Deputada Mabel, há um ato amanhã para que nunca nos esqueçamos disso. O Presidente de uma empresa como a Caixa Econômica Federal, vergonhosamente, vergonhosamente, fazendo assédio sexual com funcionárias, dizendo que se elas quisessem subir na carreira, ela tinham que tratá-lo bem. Esse camarada tinha que ser preso, não tem que ser demitido, tem que ser preso, mas nesse Governo ninguém vai preso, pode ficar tranquilo, que ali está tudo em família, tudo resolvido. Então, em família, se olharmos, vamos saber, quem tiver curiosidade procure saber quem é Léo Pinheiro, com relação ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal. Aliás, hoje li novamente a delação do Léo Pinheiro, que é surpreendente, Deputado Nelson Justus. A delação de Léo Pinheiro, que primeiro fez a delação, o Mouro não aceitou. Depois, ele fez outra incluindo o Lula e o Mouro aceitou. Estava lendo porque são centenas de páginas, por acaso, domingo em casa. Trouxe, hoje aqui até para recortar para fazer rascunho, o verso daquilo lá. Em uma determinada parte, o Léo Pinheiro diz que o apartamento comprado por Lula, era um apartamento customizado, da cozinha ao banheiro, o teto, o elevador. Depois foram ver que não tinha nada, que customizada era a delação. Mas trago aqui duas situações que me chamam atenção e quero dividi-las. A primeira, com

relação, Deputado Marcel, ao programa que foi feito pelo Governo do Estado, *Ganhando o Mundo*. Programa que foi contado com pompas e circunstâncias, para que alguns alunos pudessem sair do Paraná, estarem durante um período no Canadá, há outros agora que irão à Nova Zelândia. Só não contaram, primeiro, da presepara que fizeram, da confusão que fizeram quando os alunos chegaram, e denunciamos isso aqui. E, agora, pior ainda, os alunos, quando terminaram o período, não tinham, muitos deles, como voltar, Deputado Guto. O Governo não providenciou o retorno, a empresa desapareceu, os alunos ficaram dormindo, alguns deles, no aeroporto. São crianças de 15 anos que tiveram que dormir no aeroporto. *Ah, o Estado do Paraná está cuidando de tudo.* Mentira! Mentira! Há uma nota aqui da Secretaria pedindo para que não falem nada, porque são embaixadores juvenis do Brasil. Meninos mandando mensagens, Deputado Guto, para as suas mães, dizendo que iam voltar para aquela casa onde eles estavam até pouco tempo atrás, só que a casa não podia mais recebê-los, porque o contrato havia acabado. Estamos trabalhando com outro País, crianças que ficaram no aeroporto e que não sabiam sequer como tomar o avião, perderam o voo e não sabiam como fazê-lo. Na sexta-feira entrei em contato com pessoas da Secretaria e perguntamos quais a providências que estava tomando. *Estamos acompanhando tudo.* Tudo o quê? Mandaram alguém para lá? Vou fazer um pedido de informações amanhã, Sr.^s Deputados e estão todos convidados a assinar, para sabermos se a Secretaria da Educação mandou alguém para acompanhar esses meninos e se tomaram as providências com relação à empresa. A empresa que de fato fez todo o processo, o processo está aqui, o pregão, ganhou, o valor total desse pregão não é muita coisa, é claro que para o Estado. O valor total é um valor de R\$ 5 milhões e 975 mil, 978, perdão, R\$ 5 milhões e 978 mil. É uma empresa idônea? Não sei, porque não fomos nós, foi o Governo que fez, mas que idoneidade é essa, que primeiro, chega lá e não sabe exatamente onde vão ficar, chega na hora de voltar e não tem ninguém para acompanhá-los. Ninguém sabe de quem é a empresa, como a empresa ganhou. Aí, como quero passar ao outro tema também, só quero fazer uma brevíssima consideração em quais são as obrigações da empresa. Quais as obrigações da

empresa contratada? 10.2.38.1 do pregão, do grupo administrativo setorial. No ato do embarque a segurada apresenta no mínimo quatro acompanhantes para cada grupo de 50 estudantes a serem embarcados. No percurso, para cada grupo de 50 estudantes embarcados, a segurada apresenta a presença de dois acompanhantes, desde Curitiba até o país de destino. No retorno a Curitiba, segurada apresenta um acompanhante a cada grupo de 50 estudantes. Nas conexões, nos desembarques no exterior, a segurada apresenta pelo menos dois acompanhantes nos aeroportos. Monitorar o embarque aéreo e terrestre de estudantes até a chegada à cidade de destino. No retorno dos intercambistas do Brasil, a empresa deverá acompanhar o embarque e desembarque até o destino a cidade de Curitiba, prestando as informações com celeridade, prioritariamente acerca de horários, voos, conexões, possíveis cancelamentos, atrasos, perdas ou mudança de qualquer natureza que venha a alterar a programação prevista...

Deputado Guto Silva (PP): Deputado Tadeu, permite-me um aparte?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Só um minutinho. Prevista divulgada. Senhores, isso está aqui, a Seed não sabia que já tinha dado errado na primeira vez? A Seed não sabia?

Deputado Soldado Fruet (PROS): Deputado Tadeu, um aparte?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Só um minuto. A Seed sabia. Agora, resta a pergunta: por que a Seed não tomou providências? Por que ela deixou que as crianças ficassem lá, mesmo sabendo que já tinha dado problema a primeira vez? Já lhe passo o aparte, Deputado Fruet, só me permita, que o Deputado Marcel. Deputado Marcel, na quarta-feira, e vou lhe entregar, o senhor falou: O que que o PT fez pelo Paraná? O senhor estava meio entusiasmado. “O PT não trouxe nada para o Paraná”. Então, vou lhe passar. Assis Chateaubriand, a sua cidade, onde o senhor teve 73.95 do total de votos. Programa *Bolsa Família*, tudo em Assis Chateaubriand, programa *Bolsa Família*. Em 2016 eram 935 famílias atendidas no município. Programa *Prestação Continuada*. Até 2016, 227 idosos, 678 pessoas com deficiência atendidas. Emprego formal, entre 2003-16, 2.200 postos de

trabalho do município. *Minha Casa, Minha Vida*, 1.400 unidades habitacionais foram contratadas no município até 2016. *Mais educação futuro melhor*, Prouni, bolsistas do Prouni, aumentou em 100%. Até 2016, 396 beneficiados pelo Prouni no município de Assis Chateaubriand. Fies. Assis Chateaubriand teve 383 alunos beneficiados a partir de 2010 com o novo Fies. Matrícula em ensino superior, no município, o número de matrículas, Deputado Marcel, de ensino superior, passou de 953 para 1570. *Ciência sem Fronteiras*, bolsas concedidas para estudantes do município; Sisu, 498 inscrições realizadas no município em 2015. Enem, 1.100 estudantes prestaram o Enem no município. Escolas Técnicas Federais, o município recebeu o novo câmpus, que o senhor conhece, do ITFPR. Pronatec, no município foram realizadas 1.700 matrículas até 2016. Creche de pré-escola, uma creche construída no município em 2016. *Mais Educação*, duas escolas participavam do programa no município. E aí tem todos os municípios. Deputado Marcel, tomei o cuidado de fazer um levantamento, e é claro que o senhor tem plena concordância, por exemplo, em Jesuítas, município que o senhor teve 44.78% dos votos, bastante voto, parabéns, metade dos votos. O senhor sabe quem que botou bolsa-família lá? Quatrocentas e trinta e duas *Bolsas Família* atendidas no município em 2016. Benefício de prestação continuada, 31 idosos. Emprego formal, 616 postos de trabalho. E aí tem todos os municípios. Então, sei, como falei para o senhor, tenho um grande respeito pelo senhor, mas às vezes o senhor se entusiasma, e o senhor se entusiasmou tanto que falou que não havia nada. Tem tudo isso aqui. Vou lhe entregar, porque acho que é bom que tenhamos um quadro geral, porque se eu disser: o *Ratinho não fez nada por Jesuítas*, o senhor vai trazer tudo o que foi feito por Jesuítas. Se eu disser, o *Ratinho não fez nada no Pinhão*, o senhor vai trazer tudo o que tem no Pinhão. Então, todas as vezes que disserem que o PT não fez nada, vou trazer tudo o que foi feito, porque a primeira coisa é uma boa informação. Deputado, passo-lhe o aparte.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Rapidamente, Deputado, parabéns pela sua fala em relação a esses alunos, os adolescentes que estão lá abandonados no Canadá. Dia 31 de agosto de 2021, levantamos esse assunto aqui em Plenária,

alertamos sobre essa empresa, assim como também alertamos sobre aquele contrato de compra de uniformes daquela outra empresa, mas parece que alertamos e o Sr. Feder nada faz... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

Deputado Guto Silva (PP): Permite um aparte, Deputado?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Só para concluir. Amanhã trarei também, também estou recebendo muita informação, muitas denúncias sobre essa situação, amanhã traremos de volta à tona esse assunto. Parabéns pela fala, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Deputado Guto, o senhor tem 40 segundos.

Deputado Guto Silva (PP): Rapidamente. Tadeu, obrigado pelo aparte. Era um assunto que também estava preocupado e estive conversando com os técnicos da Seed. Foram embarcados já 26 alunos do Canadá, regressando, hoje embarcaram mais 44, o restante amanhã, e tem dois alunos que estão com Covid, contraíram Covid, vão retornar no final.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Deveriam ter voltado na sexta-feira, não é Deputado? Quinta-feira.

Deputado Guto Silva (PP): Estamos com problema no mundo todo com atraso de voos, tem greve na Europa, então está um colapso no sistema, e a Secretaria, pelo o que me foi repassado, está dando todo o suporte. Sei que faz parte do debate político, mas os alunos foram para o Canadá, não foram para o Afeganistão, eles foram assistidos, foram acompanhados, e tenho convicção de que é um programa que emancipa, que dá oportunidade maravilhosa para essas crianças.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Não sei quem iria mandá-los para o Afeganistão, mas certamente o nosso Governo não faria isso. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio Nunes, no horário da Liderança do Governo.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Senhor Presidente Traiano, Romanelli, Guto Silva, agradecer ao Líder do Governo, Marcel Micheletto, que muito gentilmente me cede este horário para poder falar de uma obra muito importante. Começar dizendo assim, Nelson. Começa na Ponta Grossa, termina ali na praça, a Banda de Guaratuba é boa e é de graça. Eu e o Romanelli tivemos várias vezes com você lá, e faço essa homenagem a você, Nelson Justus, porque se tem alguém que acredita, que confia e que fez o povo paranaense gostar de admirar o litoral do Paraná, é você. Você é o grande Deputado do litoral do Paraná, então é uma satisfação muito grande poder frequentar a tua casa, e se gostamos de Guaratuba, o Romanelli de Matinhos, e todos nós do litoral, pode saber que você tem uma participação extraordinária nisso. E parabenizar também o trabalho do teu filho, Roberto Justus, nosso amigo, companheiro, que foi um grande defensor dessa obra. Então, Nelson, a você, esse discurso hoje na verdade é uma homenagem para você, para você. Dizer que Guaratuba tem 251 anos, mais de 40 mil habitantes. Matinhos, 55 anos, mais de 36 mil habitantes. Portanto, as duas cidades somadas, quase 100 mil habitantes, ou mais, porque cresce, se desenvolve e é muito pujante. Só que no último réveillon, diante de toda a movimentação que vocês têm feito, você, o Roberto, principalmente, vocês juntos, mais de 1 milhão e 600 mil pessoas frequentaram o Paraná naquele dia, no réveillon, você imagine. Foi dos um dos réveillons mais bonitos do Brasil. Inclusive todo mundo falou que foi mais bonito que Camboriú, que foi mais bonito que muitos lugares. Então, foi realmente sensacional. Parabenizar você mais uma vez. Lembrando que no nosso *ferryboat* passa mais ou menos, fora de temporada, de 70 a 100 mil carros fazem esse trajeto, mas fora da temporada aí passa de 200, 300 mil carros por mês. A nova ponte de Guaratuba vai resolver um problema,

Nelson, de mais de um século. Quando os primeiros veículos, os primeiros carros a motor, começaram a chegar ao litoral do Paraná, que coincidentemente com a mecanização esse problema já estava lá instalado, então estamos resolvendo o problema de mais de um século. Mas, depois de 1989, onde V.Ex.^a fez um trabalho também muito importante, e conseguiram colocar na Constituição do Estado do Paraná a construção dessa ponte. Vocês sabem o que isso significa? Significa que nove Governos, Nelson, nove Governos passaram pelo Estado do Paraná para chegarmos à data de hoje. Você imagine, de 1989, que entrou na Constituição do Estado para fazer essa ponte, passaram-se nove Governos, nove Governos, mas, um belo dia, agora, chegou o Governador Ratinho Junior, que enfrentou, não vou dizer a tudo e a todos, porque a grande maioria absoluta dos moradores do litoral do Paraná, a grande a maioria dos paranaenses e a grande maioria das pessoas que conhecem, são totalmente a favor dessa obra, porque não é possível que qualquer pessoa, em sã consciência, não possa entender que tem uma cidade de um lado, uma cidade no outro, com problema no meio, que é o problema de mobilidade, que é essa famigerada balsa. Então, depois de nove mandatos, o Governador Ratinho Junior enfrentou os radicais, que sempre têm. São os radicais que sempre são os contra, mas são contra por ser contra. Sempre digo, os do contra, Nelson, são os Deputados levantadores. O que é o levantador? É aquele que levanta os problemas e vai levantando os problemas. Só que nunca tiveram a oportunidade de resolver. Mas tem os Deputados que são resolvedores, que finalizam. E nós, V.Ex.^a tem a oportunidade de finalizar um trabalho que você muitas vezes quis, mas que o Governador Ratinho Junior, graças a Deus, conseguiu tirar definitivamente do papel. O edital está lançado. O dinheiro está na conta, mais de R\$ 450 milhões. E aí vale dizer, que se tem o dinheiro, que fez uma boa gestão. Fez uma boa gestão e tem recurso para poder aplicar. Então, isso é uma gestão pública, de planejamento, de organização. Você veja, Nelson, essa obra terá 1,2 quilômetro essa ponte, dos quais tem um raio estaiado de 320 metros, que vai possibilitar a navegação dentro da baía. Então, a baía perfeitamente navegável para entrar, inclusive, navios de grande monta para poder fortalecer ainda mais o turismo do Estado do Paraná. Lembrando que para

acesso a essa ponte, são quatro pistas de rolamento, passeio para pedestres, ciclovias em ambos os sentidos. A chegada a Guaratuba será feita pela praia de Caieiras, com acesso ao centro da cidade e haverá ainda um retorno por baixo da ponte para facilitar o acesso ao Cabaraquara. Portanto, são três quilômetros de obras, Nelson, feitas para poder melhorar a mobilidade e 32 meses o prazo para execução. Hoje, para você fazer aquela travessia, são mais de 30 minutos. Com a ponte pronta, dois minutos. Mas tem um detalhe, hoje, para passar um automóvel simples, R\$ 8,90. Para ir e voltar, R\$ 20. E as pessoas que moram de um lado e trabalham do outro? Que querem se locomover, querem ir ao mercado, querem passear, pagavam, até o dia de a ponte ficar pronta, posso falar pagavam, porque vai ficar pronta, R\$ 20,00 a cada travessia para ir e voltar. E, agora, de graça. Agora, não sei o que a Oposição vai falar. Igual ao pedágio. O pedágio do Paraná acabou e baixou, porque é zero. Eles ainda ficam falando que subiu. Quando a ponte estiver pronta, não sei o que eles vão dizer. Mas o fato é que é hoje de graça. E um ônibus R\$ 17,00. Então, são R\$ 36,00, R\$ 38,00, agora é de graça. Então, esse é o Governo Ratinho Junior, um Governo que tem uma condição de administração muito grande, mas enxerga as pessoas. Então, essa ponte é boa em todos os sentidos. Mas queria falar também a questão do Colit. Vi aqui que o Deputado Goura falou que acusei, não acusei. Acusação você faz, é uma coisa muito séria. Você faz uma acusação contra uma pessoa. Simplesmente relatei. E ele mesmo, nas suas palavras, disse quem são as parcerias que eles têm, que são com as ONGs, ambientalistas radicais do Paraná que são contra, foram contra a ponte de Guaratuba, foram contra a engorda da praia de Matinhos, são contra a duplicação Praia de Leste/Paranaguá, são contra a estrada de Guaraqueçaba, são contra a futura duplicação de Guaratuba a Garuva. Eles são os contra. Tanto é que querem implantar o Colit justamente para paralisar tudo. Tudo. E encaminhar o dinheiro para as ONGs ambientalistas para fazer aqueles estudos infundados, fazendo de conta que não conhecemos de cor e salteado o litoral do Paraná, onde temos áreas portuárias, praias. Só Guaratuba 251 anos. Então, realmente tem uma distância muito grande mesmo da turma dos de lá, que não querem o desenvolvimento, com a turma de cá, que quer o desenvolvimento sustentável,

turismo funcionando, emprego para as pessoas. O Roberto Justus, teu filho, confidenciou-me que já está dando hoje mais de 30 alvarás de construção por semana, 30 alvarás de construção por semana. São quantos empregos gerados? Não só na construção, do carpinteiro, do pedreiro, do “meia cuié”, mas o cara que está vendendo combustível no posto, para o cara que está abastecendo a motoca, é para o cara que está vendendo a marmita no posto der gasolina, é para o dono do supermercado que está vendendo a comida, é para o vendedor de pastel, de picolé. Então, são coisas sensacionais. Então, dizer que achamos que o Colit é um atraso, porque é o povo aqui de Curitiba, perdão, que não mora no litoral, e que quer influenciar nas decisões do litoral. Um aparte ao Deputado Nelson Justus.

Deputado Nelson Justus (UNIÃO): Vossa Excelência me concede um aparte. Quero só contar um episódio, sem magoar ninguém, Deputado Goura. No primeiro Governo do Governador Requião, eu não era Deputado. Fui participar da primeira reunião do Colit, no Palácio Iguaçu, sem ser Deputado. Naquela sessão, uma secretária, que não conhece o nosso litoral, e eu conheço, e ela já faleceu, pediu vista do processo do plano diretor de Guaratuba e de Matinhos. Isso só foi... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, para concluir.

Deputado Nelson Justus (UNIÃO): ... essa vista só voltou 28 anos depois. Esse era o Colit daquela época.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Não, de forma alguma vamos deixar que isso aconteça, inclusive o Paraná tem o melhor órgão licenciador do Brasil, que é o Instituto Água e Terra. E, sim, o Paraná é reconhecido como líder em sustentabilidade do Brasil. Muito obrigado. Felicidades. Fiquem com Deus. Estamos juntos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, boa tarde.

Deputado Goura (PDT): Deputado Arilson, o senhor me permite um minuto?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Aparte? Sim.

Deputado Goura (PDT): Só aproveitando aqui, o senhor como nosso Líder da Oposição. Só mais uma vez frisar, as ONGs, a Universidade Federal do Paraná, ninguém é contra as obras, a própria engorda de Matinhos, Deputado Marcio Nunes. Somos contra o Governo atropelar as orientações científicas, os estudos científicos. Conversei recentemente com os professores referências internacionais na ciência das correntes marítimas, que a maneira como o Governo está colocando esse Projeto, com os espiões, com os *headlands*, terá problemas, sim, no depósito de areia que é trazido pela corrente. Foram cinco notas técnicas da Universidade Federal que o Governo ignorou. A PR-405, que o Governador Ratinho Junior esqueceu, talvez porque nunca andou lá por terra, é mais um descaso também por parte do Governador. Então, não somos contra, mais uma vez friso, às obras, ao desenvolvimento, mas é um discurso mentiroso, fácil e vemos aliados do Governo já me criticando: *Ah, o Deputado que é contra*. Mas uma vez, Presidente, não somos contra. Somos, sim, a favor, mas com respeito à ciência, com respeito à participação popular. E o Colit é um órgão de participação popular. Então, muito me estranha um Governo que se diz democrático, que defende o *compliance*, querer extinguir um Conselho, justamente, Deputado Arilson, onde temos a participação das Universidades e dos representantes fidedignos do nosso litoral.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado, Deputado Goura. Deputado Marcio Nunes, V.Ex.^a estava iluminado enquanto falava. O sol adentrava pela janela de vidro e clareava a face de V.Ex.^a, mas, ao mesmo tempo, a sombra se espalhava por meio das palavras colocadas por Vossa Excelênci. Muitas delas que não correspondem com a realidade. Uma delas é jogar que a Oposição é contra. A Oposição é contra as irresponsabilidades e incompetências deste Governo. Quatrocentos e cinquenta milhões para fazer a ponte, só a renúncia

fiscal de 17 bi faria 38 pontes. O Governo Ratinho está fazendo uma ponte, que é muito necessária, sim, para o litoral paranaense. Uma obra que já foi anunciada mais de quatro vezes ou cinco aqui, por vários Governos. Mas o Ratinho tem uma fama. E a fama, como diz a música do Zeca Pagodinho, ninguém tira, é só da propaganda. A realidade do povo paranaense é outra. E vamos debater esse assunto dia a dia. Mas quero aqui, em especial, falar sobre duas falas acometidas aqui por dois Deputados antes de Vossa Excelência. Quando eu era criança, na cidade Orizona, ia sair no escuro à noite, Deputada Mabel, e meu avô falava assim para mim: *Arilson, se você for lá no escuro, a essa hora, o bicho papão vai te pegar. Olha, lá fora tem o homem do saco. As mulheres que desobedecem aos maridos viram, depois da meia-noite mula sem cabeça. Lá, também, reside o Saci-Pererê, o Lobisomem e a Cuca.* É a mesma história que ouvi aqui hoje: “O PT matou o Celso Daniel”. Admira-me, muito, as “viúvas” do Mamãe Falei levantar a voz contra uma situação dessa. O MBL, o movimento que atrapalhou o povo brasileiro por muito tempo, agora quer voltar a fazer política e criticar o Governo. O ex-governo do Presidente Lula e trazer assuntos desses à tona. É o mesmo dito: “O PT vai tomar a sua casa”; “Nossa bandeira vai virar vermelha”; “Olha, a filha da Dilma é a dona da Havan”; “o filho do Lula tem uma Ferrari de ouro”; “Ah, o filho do Lula é dono da Friboi”; “O agressor do Bolsonaro é filiado de carteirinha ao PT e tem foto com o Lula e tem foto com a Gleisi”; “Olha, no Governo do PT distribuiu uma mamadeira de formato erótico para as crianças”; “O PT distribuía *kit gay*”; “O PT é a favor do aborto”; “O PT é associado ao PCC”; “O PT come criancinha”; “O PT é o PT que faz mal”. Fico triste com as falas dos dois Deputados. Deputado Arruda, uma pessoa que nos damos superbem, mas que, infelizmente, não caiu na realidade que essas mentiras aqui, Deputado, oh, ninguém dá valor. Essas aberrações aqui já foram jogadas na lata do lixo e a história comprova. Há quatro anos o Brasil elegia esse ser que hoje preside. Representava o sonho de muitas pessoas, mas tornou a vida de muitos, pesadelo. Tem a capacidade – além do seu Governo – de transformar emenda em ouro, transformar sonho em pesadelo; miséria, fome, desemprego, carestia; 33 milhões de pessoas na linha da fome; milhões morando na rua. Esse é o resultado do Governo Bolsonaro. Um governo

que falta humanidade, um governo fala de Deus, mas Deus não está presente no coração e nem na mente dele. Só está presente nas falas de falsos profetas que habitam o Palácio da Alvorada, em especial no MEC. Inclusive, volto a falar: alguns deles. Não dá para admitir essas falas novamente de Celso Daniel. Tenha paciência! Sei o que é isso: é o tal do desespero. Chegou próximo a outubro, não fizeram nada para o País, agora começa com a *fake news*, com o robozinho. Sorte que o Lula não precisa do robozinho. O Lula tem o povo. Falavam para o Lula sair na rua: *saia na rua Lula? Está com medo?* O Lula saiu na rua, o desespero veio hoje aqui, oh, bater! Falar de histórias incabíveis, aliás, histórias que nunca foram comprovadas. A *Revista Veja* mais uma vez sendo usada para espalhar mentira e *fake news*; e o desespero eleitoral. O povo brasileiro dia a dia reconhece na figura do Presidente Lula a sua história de vida. O povo brasileiro quer voltar a ser feliz de novo e, para isso, está retomando uma caminhada. Caminhada contra a barbárie, contra a negação da Ciência, a caminhada da esperança – todos juntos pelo Brasil. Aqueles que foram adversários políticos e que hoje têm em comum programa de Governo voltado para o nosso País. Não um programa de privatização, não um programa de desmonte, não um programa de entrega, não um programa da gasolina de R\$ 8,00, não um programa do gás de 120, não um programa da carne de R\$ 40,00, não um programa que diminuiu em mais de 15% o poder de compra do povo brasileiro! Chega dessa gente! Volta lá para o Fantástico Mundo de Bob! Vai criar sua historinha virtual e deixa o povo viver! Vocês não fazem parte mais da História do Brasil. Tem data de vencimento, tem data de validade. Se fosse um brinquedo, a pilha acabou! A hora chegou e está se aproximando! E espero, espero, de fato, que reconheçam o poder da Democracia e a necessidade e reconheçam o que pode ocorrer nas urnas, em outubro. Não dá para admitir tamanha barbárie. Reavivar uma *fake*, uma mentira como é o caso do Celso Daniel, é só sinal de desespero. Não consegue resolver a economia, não consegue resolver os problemas sociais, deixou muitos brasileiros morrerem por falta de socorro na Covid, negou a vacina, ou melhor, não quis comprar vacina porque estava esperando ganhar um dólar por vacina; deixou as pessoas na fila e agora vem com esse discursinho de *fake news*. Gente, chega! A época das lendas

infantis acabou, ninguém cai mais no *conto da carochinha*. Ninguém cai mais na “história” do Chapeuzinho Vermelho. O povo brasileiro sente na pele, sente no bolso, sente na barriga a sua aflição. E, por conta disso, hoje se constrói um processo plural, pluripartidário, pluri de movimentos sociais, sindicais, uma abrangência que jamais teve na história brasileira. Um apreço pelo Brasil por aqueles que de fato defendem a bandeira deste País, por aqueles que de fato fiquem sensibilizados com os que passam fome, por aqueles que de fato querem um País decente, onde o povo faça a escolha e onde o povo esteja incluso no orçamento e seja parte dele. Chega de entregar para fora do País o que é de direito nosso. Por isso, não adianta o desespero. Está chegando a hora, a hora da verdade, a hora em que o instrumento democrático, que são as eleições diretas, vai falar pelo povo. Bolsonaro dizia: “Só saio daqui se Deus me tirar”. Deus se manifesta por meio do povo. Esperamos que isso ocorra... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, esta Casa tem inúmeros papéis, dentre eles muitos que a sociedade espera que aconteçam de forma mais breve e rápida para melhorar a vida do povo paranaense e também brasileiro. Nós aqui temos que fazer um esforço coletivo de aprovar projetos essenciais, projetos que realmente mudem a vida das pessoas. Claro que é uma Casa democrática e cada um tem o direito de usar a palavra para falar aquilo que pensa e expressa, mas hoje, em plena crise econômica, em plena crise social, vir com *fake*, vir com historinha e achar que existe o fantasma *Bummm*, do comunismo, não dá, não é? É hora que o povo está precisando de outra coisa: empatia, respeito, solidariedade e fraternidade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (54 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.^º 294/2022**, de autoria da Deputada Maria Victória, que concede o Título de Capital dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS ao município de Curitiba; **Autuado sob o n.^º 295/2022**, de autoria do Deputado Marcel Micheletto, que denomina de Anacleto Pantano o trecho da PR-474 que liga os municípios de Braganey e Iguatu; **Autuado sob o n.^º 296/2022**, de autoria do Deputado Bazana, que concede o Título de Utilidade Pública à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Palmas, com sede no município de Palmas; **Autuado sob o n.^º 297/2022**, de autoria do

Deputado Rodrigo Estacho, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Roberto Mello Milaneze; **Autuado sob o n.^º 298/2022**, de autoria da Deputada Mabel Canto, que dispõe sobre o direito ao fornecimento gratuito e imediato do prontuário médico ao paciente ou seu representante legal, na rede de saúde pública e privada do Estado; **Autuado sob o n.^º 299/2022**, de autoria do Deputado Gilson de Souza, que concede o Título de Utilidade Pública ao Projeto Barnabe, com sede no município de Fazenda Rio Grande; **Autuado sob o n.^º 300/2022**, de autoria do Deputado Guto Silva, que dispõe sobre a responsabilização administrativa em caso de eventual quebra do sigilo de informações acerca do nascimento e do processo de entrega direta de bebês para adoção por gestantes no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.^º 301/2022**, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Protetora dos Animais de Ribeirão Claro – É o Bicho, com sede no município de Ribeirão Claro; **Autuado sob o n.^º 302/2022**, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Catadores de Recicláveis de São da Amoreira, com sede no município de São Sebastião da Amoreira; **Autuado sob o n.^º 303/2022**, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Catadores e Separadores de Materiais Recicláveis de Assaí, com sede no município de Assaí.

Projetos de Resolução: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.^º 13/2022**, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Paraná referente ao exercício financeiro de 2012; **Autuado sob o n.^º 14/2022**, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Paraná referente ao exercício financeiro de 2013; **Autuado sob o n.^º 15/2022**, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Paraná referente ao exercício financeiro de 2014; **Autuado sob o n.^º 16/2022**, de autoria da Comissão de Tomada de contas, que aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Paraná referente ao exercício

financeiro de 2015; **Autuado sob o n.^o 17/2022**, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Paraná referente ao exercício financeiro de 2016; **Autuado sob o n.^o 18/2022**, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Paraná referente ao exercício financeiro de 2017; **Autuado sob o n.^o 19/2022**, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Paraná referente ao exercício financeiro de 2018; **Autuado sob o n.^o 20/2022**, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2019; **Autuado sob o n.^o 21/2022**, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Fundo Especial de Modernização da Assembleia Legislativa do Paraná – FEMALEP, referente ao exercício financeiro de 2019; **Autuado sob o n.^o 22/2022**, de autoria da Comissão Executiva, que altera dispositivos do anexo único da Resolução n.^o 11, de 23 de agosto de 2016, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, e adota outras providências.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Cinco Redações Finais.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei Complementar n.^o 5/2022, de autoria da Defensoria Pública, Ofício n.^o 55/2022, que acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar n.^o 136, de 19 de maio de 2011, que estabeleceu a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, criando núcleos regionais de atendimento e a central de relacionamento com o cidadão.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 362/2016, de autoria do Deputado Paulo Litro, que institui a Semana de Incentivo ao Acesso ao Ensino Superior.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 262/2019, de autoria dos Deputados Professor Lemos e Luciana Rafagnin (anexo os Projetos n.^ºs 796/2021 e 354/2021, ambos do Deputado Professor Lemos), que dispõe sobre o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no Estado do Paraná.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 760/2019, de autoria do Deputado Michele Caputo, que institui o Dia Estadual em Defesa da Prescrição Legível, a ser realizado anualmente em 3 de outubro.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 43/2022, de autoria do Deputado Artagão Junior, que institui a Meia Maratona Internacional de São Francisco, a ser realizada anualmente no município de Guarapuava, na semana em que se comemora o aniversário desse.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados**.

ITEM 6 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 452/2021, de autoria do Deputado Elio Rusch, que institui a Política Estadual de Prevenção e Combate a Furtos e Roubos de cabos, fios metálicos, geradores, baterias, transformadores e placas metálicas e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo geral da CCJ. Apreciar neste turno Substitutivo geral aprovado em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Boca Aberta Junior, Anibelli Neto, Delegado Jacovós, Marcio Nunes e Maria Victória. Votação encerrada, Sr.^s Deputados. Deputado Marcio, vou pedir mais...

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Mais rapidez de V.Ex.^a.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Voto “sim”. É que estava...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (48 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Marcio Nunes e Paulo Litro (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral. Quarenta e nove votos, com o voto do Deputado Marcio Nunes. Está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 375/2021, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede ao município de Londrina o Título de Capital Estadual da Agrotecnologia e Inovação. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Substitutivo

geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o Substitutivo Geral. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Ainda pendentes os votos dos Deputados Adelino Ribeiro, Boca Aberta Junior, Gilson de Souza, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Tadeu Veneri e Tião Medeiros. Deputado Michele, *pela ordem*?

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): *Pela ordem*, Presidente. Depois de esclarecidos aí alguns fatos, e com o compromisso que confio do Líder do Governo, Marcel Micheletto, vamos retirar as assinaturas de urgência e emergência – emergência e urgência é bom –, do regime de urgência. É coisa da saúde. Saímos da saúde, mas a saúde não sai da gente. Com relação àquele documento 8.691. Há um compromisso. No Marcel eu confio. Quero agradecer também a sua participação, Presidente. Então, vamos aguardar o Substitutivo que vem lá da Sesa. Em cima disso, eu, o Gilson e a Luciana, que somos autores e coautores, vamos fazer a análise. Estamos muito flexíveis a um bom diálogo, mas queremos ver votado isso aqui, não é? E com esse compromisso de pôr para votar, fazemos a retirada. Peço aí a todos que compreendam a retirada do nosso regime de urgência. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra,

Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (50 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Gilson de Souza e Tião Medeiros (4 Deputados).] Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o substitutivo geral.

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 492/2021, de autoria dos Deputados Goura, Boca Aberta Junior, Luciana Rafagnin, Reichembach, Luiz Claudio Romanelli, Dr. Batista e Anibelli Neto, que cria a Lei de incentivo à cultura do Bambu. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Substitutivo geral de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Substitutivo Geral. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Peço aos universitários que auxiliem o Deputado Marcio Nunes, porque o seu voto está difícil de aparecer aqui.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Declaro voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok, Deputado.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Mudei de máquina aqui. Vamos ver se...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Jonas, seu voto. Vota “sim”, Deputado Jonas? Voto “sim” do Deputado Jonas. Votação

encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (48 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Marcio Nunes e Tião Medeiros (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral. Cinquenta votos, com os votos dos Deputados Marcio e Jonas. Está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 31/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 3/2022, que estabelece diretrizes para a exploração comercial de espaços destinados a publicidade nos veículos e mobiliários utilizados no serviço de transporte coletivo de passageiros na Região Metropolitana de Curitiba. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Emendas de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvadas as emendas. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim” para o Projeto. Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim” ao Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Anibelli Neto, Boca Aberta Junior, Dr. Batista, Paulo Litro,

Soldado Adriano José. Doutor Batista ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (50 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Gilson de Souza, Jonas Guimarães e Tião Medeiros (4 Deputados).] Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 31/2022.**

Vamos submeter ao voto as emendas. Há um **Requerimento n.º 2172/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo destaque, discussão e votação uma a uma das Emendas ao Projeto de Lei n.º 31/2022. Para discutir o Requerimento.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, a Liderança do Governo pede rejeição dos requerimentos. Então, peço para a Base votar “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como encaminha o Deputado Arilson?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, esta Oposição entende que é importante, para melhorar o Projeto, a discussão individual de cada emenda. Por isso, pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “não”. Voto “não”. Voto “não”. Base do Governo, peço voto “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio Pacheco, o seu voto, Nereu Moura, Requião Filho. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Francisco Buhrer, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (16 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tiago Amaral (34 Deputados); **Abstenção:** Michele Caputo (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Gilson de Souza e Tião Medeiros (3 Deputados).] Com 16 votos favoráveis, 34 votos contrários e 1 abstenção, **está rejeitado o Requerimento. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto contrário do Deputado Marcio Pacheco, ao invés do voto favorável registrado no aplicativo de votações.)**

Vamos submeter ao voto as emendas. Em discussão as emendas.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano — PSD): *Pela ordem,* Deputado...

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Gostaria apenas que V.Ex.^a registrasse em Ata o meu voto contrário na votação anterior. Acabei me confundindo na hora do voto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado. Devidamente registrado. Em discussão as emendas.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, construímos a esse PL 31/2022 duas emendas. O Projeto original prevê a exploração comercial para fins de publicidade de espaços em ônibus, mobiliários urbanos e congêneres utilizados na prestação de serviços de transporte coletivo metropolitano de passageiros da Região Metropolitana de Curitiba. A receita arrecadada poderá ser empregada para complementar à cobertura dos custos operacionais de serviço ou manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. Porém, não é claro como será aplicado no equilíbrio econômico-financeiro. O Paraná possui, além da Região Metropolitana de Curitiba, mais sete regiões metropolitanas, a região de Apucarana, a região de Campo Mourão, a região de Cascavel, a região de Londrina, de Maringá, de Toledo e também de Umuarama. Construímos duas propostas. A primeira emenda prevê a destinação de 75% dos recursos arrecadados para a modicidade tarifária, ou seja, para a redução do preço. O princípio da modicidade tarifária é constitucional, e a essência do serviço adequado. E para que o serviço público seja considerado adequado, é necessário que a tarifa cobrada seja módica, garantindo o serviço acessível a todos os usuários. A modicidade tarifária está consagrada no art. 6.º, §1.º da Lei n.º 8.987/1995, Lei das Concessões. O segundo projeto, Presidente, a emenda n.º 2 altera a ementa e o art. 1.º, que para autorização de exploração comercial para fins de publicidade de espaço nos ônibus, mobiliários urbanos e congêneres, utilizados na prestação de serviço do transporte coletivo de passageiros, passa-se a entender as oito regiões metropolitanas. Tenho um mapa aqui, Presidente, que trata o modelo feito pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e pelo Ipardes. Então, aqui temos muitos Deputados de regiões distintas,

temos Deputados da região de Apucarana, como é o meu caso e do Deputado Jacovós, temos Deputados da região de Campo Mourão, como é o caso do Deputado Douglas Fabrício, da região de Cascavel, como o é o caso do Coronel Lee e de V.Ex.^a, Deputado Micheletto, que é Líder do Governo, Deputados da Região Metropolitana de Londrina, como é o caso do Deputado Tercílio, do Deputado Boca Aberta e do Deputado Tiago Amaral, Deputados da região de Maringá, como é o caso do Deputado Homero, do Deputado Soldado Adriano, da Deputada Maria Victória, do Deputado Cobra, que é da região de Londrina também, Deputados da região de Toledo e da região de Umuarama, como é o caso do Delegado Fernando. Ou seja, este Projeto visa tratar todas as regiões metropolitanas da mesma forma. Já tramita aqui na Casa um Projeto de Lei que também sou autor, com outros Parlamentares, que espalha o subsídio dado ao transporte coletivo de Curitiba para as outras regiões metropolitanas. É histórica a discrepância que é tratada a Região Metropolitana de Curitiba às outras regiões metropolitanas. Então, este Projeto visa que todas as regiões metropolitanas possam explorar o mesmo espaço de publicidade móvel dos transportes coletivos e que eles sejam utilizados para a modicidade tarifária. Além disso, este Projeto prevê que 75% do valor arrecadado seja garantido para essa finalidade, para que o recurso não fique sem finalidade específica. Aliás, um dos princípios para se ter a cobrança desse valor é a especificidade do uso do recurso arrecadado e o Projeto do Governo não tem esse conteúdo. Portanto, pedimos o voto “sim” aos Parlamentares às duas emendas, que melhoram o Projeto. Volto a falar, o Projeto é bom, mas precisa desta correção para fazer justiça com o interior do Estado, com as outras regiões metropolitanas e fazer com que tenha uma destinação única do valor arrecadado para a modicidade tarifária, senão ficará um Projeto extremamente para uso para várias derivações do valor arrecadado. Voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço aos Deputados da Base para votar “não”. A emenda prejudica o Projeto. Voto “não”. Voto “não”. A emenda prejudica o Projeto.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim” às emendas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda em aberto os votos dos Deputados Boca Aberta, Evandro Araújo, Mauro Moraes e Nereu, que está votando. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Nereu Moura, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (12 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Tercílio Turini e Tiago Amaral (34 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes e Tião Medeiros (8 Deputados).] Com 12 votos favoráveis e 34 votos contrários, **estão rejeitadas as emendas.**

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 279/2022, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara a manifestação cultural e religiosa da Festa do Divino Espírito Santo de Guaratuba como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço o voto “sim”, Presidente. A Liderança do Governo pede o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como votam os Deputados Anibelli Neto, Evandro Araújo, Galo, Plauto Miró e Tadeu Veneri?

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Nelson Justus.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Quero agradecer a todos os Deputados por aprovarem este Projeto, que ainda não votaram, mas por terem votado, porque esta é uma festa de manifestação popular que agradece ao Espírito Santo as bênçãos recebidas, e a nossa cidade realmente tem recebido bênçãos de todas as espécies. Por essa razão, além de convidar a todos para irem à festa a partir de quinta-feira, são 10 dias. Agradeço a todos, a V.Ex.^{as}.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Gilson de Souza, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 279/2022.**

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 409/2020, de autoria dos Deputados Evandro Araújo e Ademar Traiano, que altera a Lei n.^º 18.451, de 6 de abril de 2015, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Plauto Miró, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 409/2020.**

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 343/2021, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná o Festival de Gastronomia Caiçara, realizado na semana que compreende o dia 18 de julho, no município de Pontal do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Turismo. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como votam os Deputados Alexandre Curi, Artagão Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Maria Victória, Paulo Litro, Reichembach? Votação encerrada:
[Votaram Sim: *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (43 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (11 Deputados).]* Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 343/2021.**

ITEM 13 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 754/2021, de autoria do Deputado Plauto Miró, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Frans Borg. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”. Presidente, uma questão de ordem enquanto ocorre a votação?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Gostaria de colocar para Vossa Excelência, que para a minoria o Regimento Interno e a divulgação das atividades parlamentares, ambos amparados por leis, são os únicos instrumentos para fortalecer o debate aqui no Legislativo. Com base nisso e considerando que persistirá a transmissão na *TV Assembleia*, que a suspensão da transmissão nas mídias sociais acarretam problemas técnicos e, portanto, inclusive, o pessoal aqui administrativo da Assembleia e tendo em vista que a Câmara Federal continua fazendo as transmissões nas redes sociais, solicito a Vossa Excelência que sejam retomadas as transmissões das Sessões Plenárias e das Comissões, que a *TV Assembleia* disponibilize isso para as bancadas, em todos os horários regimentais, para se manifestarem. É importante para esta Casa que continue o serviço pelas plataformas existentes, como o *YouTube*, por exemplo, porque está tocando normal esse processo em nível nacional. É uma recomendação, é claro, um apelo, porque principalmente nós, da Oposição, não conseguimos de outras formas divulgarmos as nossas atividades, a não serem os meios oficiais aqui da Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, estamos analisando e por prudência tomamos a iniciativa neste primeiro momento, mas é claro que vamos fazer rigorosamente uma análise com pessoas que têm a expertise no ramo de legislação eleitoral. Se permitido for, retomamos sem nenhum problema.

DEPUTATO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): É recomendação da Procuradoria Jurídica da Assembleia.

SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli - PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli - PSD): Só para informar o seguinte, a questão concreta é assim. Não conseguimos manter as redes sociais sem apagar os conteúdos que, em tese, possam violar as proibições trazidas pela legislação eleitoral. Há uma discussão sobre esse tema, mas estamos avaliando porque o parecer jurídico da nossa Procuradoria foi pela retirada do ar pela impossibilidade de transmitir, especificamente, por exemplo, pelo *Facebook*, sem ter outro conteúdo veiculado também na mesma conta. Então, na verdade, são questões que estamos analisando para nos enquadrar. Para não correr risco hoje optamos por fazer aquilo que é absolutamente incontroverso. É público, *TV Assembleia*, os canais da NET e, obviamente, no *site*. O que posso recomendar, se me permitem os senhores e os demais Parlamentares, é só fazer o *link*, para a sua própria rede social das suas falas e da própria Sessão da Assembleia Legislativa, que resolve a questão de forma muito objetiva.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): *Pela ordem*, Presidente. Deputado Amaro, aqui atrás.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Amaro, *pela ordem*.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Presidente, só na mesma esteira, para verificar, porque hoje fiz um contato em Brasília e a Bancada Federal continuará fazendo lá menções honrosas e todo o trabalho que vinha sendo feito aqui na Casa, que foi proibido a partir de hoje. Então, só para uma verificação, Sr. Presidente, porque em Brasília eles ainda continuarão fazendo essas menções honrosas e tudo mais. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Amaro, acho que todo cuidado é fundamental neste momento. Entendemos que quando se concede uma menção honrosa, podem os entendidos na legislação compreender

que passa a ser um benefício político e eleitoral. É por essa razão que tomamos essa cautela. Agora, ainda poderemos, no curso da semana, fazer uma análise mais criteriosa, para que não tenhamos problema.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 754/2021.**

ITEM 14 – 1.^a Discussão do Projeto de Decreto Legislativo n.º 5/2022, de autoria da Comissão Executiva, que reconhece para os fins do disposto no art. 65, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Governador do Estado do Paraná encaminhada por meio da Mensagem n.º 51, de 27 de junho de 2022. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Emenda da Comissão de Finanças e Tributação com parecer favorável da CCJ. Em discussão.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, só quero fazer uma ponderação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Iria fazer questão de ordem, Sr. Presidente, mas quero fazer uma ponderação aqui, porque na quarta-feira fizemos um grande esforço com o Deputado Marcel na CCJ, com o Deputado Nelson, para que pudéssemos votar o parecer. Foi feito o acordo de votar o parecer. Havia pedido vista na terça e que o Deputado Arilson não pediria vista na Comissão de Finanças, para que pudéssemos trazê-lo a Plenário ainda na quarta-feira. Acontece que houve, por um determinado momento, talvez, tenha havido uma falta de zelo nosso, inclusive, na CCJ, e fizemos a Comissão enquanto havia Sessão Legislativa. O Deputado Homero questionou, Vossa Excelência retirou de pauta e está votando hoje. A pergunta que faço a Vossa Excelência é até onde tínhamos informações, Deputado Marcel, só teríamos validade nesse decreto se ele tivesse sido votado até o dia 30, ou seja, até quinta-feira. Faço essa questão de ordem a Vossa Excelência, porque acredito que isso interessa ao Governo, óbvio, que interessa, não quisemos criar nenhum tipo, e o Deputado Marcel sabe, nenhum tipo de embaraço. Tivemos, inclusive, a concordância que pudéssemos fazer a CCJ e que não pediríamos isso na sequência, que fizéssemos uma Comissão de Finanças, mas a data do dia 30 nos foi passada e, daí, talvez, a necessidade de fazermos a votação naquele momento. E, agora, estamos na primeira discussão, ou seja, não votamos nem a constitucionalidade, a minha pergunta é, não vou encaminhar em uma questão de ordem, Sr. Presidente, porque não quero melindrar nem a Mesa e nem o Líder do Governo, mas a realidade é que ela vai ser inócuia ou questionada, porque se é até o dia 30, no dia 30 já ficou há seis dias para trás. Não. Não pode ser com validação, Deputado. Como que ele vai fazer validação depois na sequência? De qualquer forma fica aqui a preocupação, porque o decreto e a votação do decreto que reconhece para os fins, está sendo votado hoje e não no dia 30. Não vou discutir com o Deputado Romanelli, porque tem opiniões diferentes. Não é esse o objetivo. É só para fazer, levantar essa questão para a Assembleia Legislativa. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli - PSD): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Romanelli.

SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli - PSD): Sei que o Deputado Tadeu Veneri diz que não quer discutir comigo, ele tem o direito dele, mas, por outro lado, ele levanta um questionamento sobre um ato que é da nossa atribuição, da Comissão Executiva. Se fizermos mesmo com o prazo, o processo de votação, temos que reconhecer que é, exclusivamente, por conta do processo legislativo. Ele convalida o ato, não há nenhuma dificuldade, o Decreto Legislativo será votado e publicado e terá o valor absolutamente legal, sem nenhum questionamento. Estamos absolutamente seguros sobre esse aspecto, Deputado Tadeu, pode aquietar o seu coração, fique tranquilo que está tudo resolvido.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, então não precisaria votar no dia 30, poderíamos votar no mês que vem, não faz sentido a fala do Deputado Romanelli. Com toda a paciência que temos com o Romanelli aqui de baixo enquanto ele está na Mesa, todos nós, mas se for assim fazemos uma questão de ordem oficial para ter uma resposta oficial da Mesa, para poder questionar ou não.

SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Data vénia, só por gentileza, só pediria que o Deputado Maurício de Mello e Silva pudesse ser um pouquinho mais respeitoso, acho que é o mínimo que temos que ter aqui. Vossa Excelência, por gentileza, trate-me com o respeito que sempre lhe tratei.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, com base no art. 20, IV, peço a solicitação temporária com o prazo regimental para discutir com a Oposição aqui sobre essa questão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Suspendo momentaneamente a Sessão, então, para que a Oposição possa fazer essa discussão.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, só para esclarecer. Conversamos aqui com os Deputados da Oposição, com a Deputada Luciana, vamos votar. Houve um entendimento formal na quarta-feira, inclusive com uma emenda que foi acatada pelo Deputado Marcel. Se houver, esse “se”, se houver qualquer questionamento, não nosso naturalmente, mas qualquer outro questionamento, aí deverá ser resolvido em um futuro próximo. Mas de nossa parte fica só esse registro, que por uma questão de cautela, de prudência, deveria ser até o dia 30, não foi, o que vai acontecer depois não sei, Presidente, mas está registrado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok, Deputado. Então, vamos à votação. Votando. Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente, porque foi construída uma emenda que vale o estado de calamidade pública somente para os contratos elencados à justificativa, 10 contratos, e sobre os quatro contratos de repasse fundo a fundo. Voto “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Foi acordado isso apenas com a Sesa, nenhuma outra Secretaria, estivemos juntos. A Liderança do Governo pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados. Estou aguardando os votos aqui ainda, ainda temos votos pendentes. Deputado Alexandre Curi, por favor, o seu voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara**

Lima, Coronel Lee, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (32 Deputados); Votou Não: Homero Marchese (1 Deputado); Abstenção: Requião Filho (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (20 Deputados).] Com 32 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção, está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n.º 5/2022. Trinta e três votos com o voto do Deputado Alexandre Curi, 1 “não” e uma abstenção. Está aprovado o Projeto.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 2171/2022, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando informações ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, sobre os requerimentos enviados e sem resposta.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adiado na forma regimental.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2168/2022, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e envio de menção honrosa ao Pastor Sebastião Cordeiro da Rosa; **Requerimento n.º 2169/2022**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Jorge Amin Maia Filho; **Requerimento n.º 2170/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Valdinei Costa Silva; **Requerimento n.º 2177/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, solicitando o registro e o envio de voto de congratulações com menção honrosa aos cidadãos de Paranavaí, abaixo nomeados; **Requerimento n.º 2179/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, requerendo encaminhamento para estudos, a reestruturação do subsídio da PMPR, alterando o anexo I a Lei Estadual 17.169 de 24 de maio de 2012, conhecida como Lei do Subsídio; **Requerimento n.º 2180/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando o registro de menção honrosa aos militares estaduais: Soldado Josimar Mota Cardoso, Soldado Viviane Giamarco Bueno de Souza, Soldado Fabio Aparecido Martins Rosa e Soldado Jessica Accordi dos Santos; **Requerimento n.º 2181/2022**, do Deputado Dr. Batista, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Renato Feder, requerendo aquisição dos laboratórios de anatomia/fisiologia e semiotécnica e bem como a aquisição do acervo bibliográfico ao Colégio Estadual Cívico-Militar Cora Coralina; **Requerimento n.º 2182/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o envio de voto de pesar à família pelo falecimento do Procurador Dr. Marcelo Eduardo Pienaro Chrisóstomo; **Requerimentos n.ºs 2183 e 2184/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Gabriel Alves de Moura; e do ex-Deputado Estadual e ex-Vereador de Apucarana Jorge Amin Maia Filho; **Requerimento n.º 2185/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, requerendo o preenchimento de mais 30 vagas para Cadetes PM no Edital n.º 01-Cadete PMPR, face a aprovação do Projeto de Lei n.º 270/2022, que ativou mais 40 e oito vagas de Tenentes do Quadro Combatente; **Requerimento n.º 2187/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e envio de votos de louvor

e congratulações com menção honrosa ao Sr. Eliezer Chaves Canela; **Requerimentos n.^ºs 2188 e 2198/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Primeira-Dama de Nova Aurora, Sonia Brustolin de Paula; e Izalino Coradin; **Requerimentos n.^ºs 2189 a 2197 e 2199 a 2203/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o registro de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Paulino Portela dos Santos; Leci de Fátima Pereira; Leonor de Souza Gonçalves; Maria das Graças de Melo; Teresinha Muzeka; Deraldo Vargenski; Deusdedi Pantarolo Ferreira; Geraldo Oppata; Pedro Airton Meira Bomfim; Janir de Jesus Machado Soltes; Jesus de Lara Martins; Maria Cleusa Tkatcenko; Natália Marcondes do Nascimento; e Olinda Ribeiro Aleuia; **Requerimento n.^º 2204/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas, a fim de que seja efetuada análise do contrato n.^º 176/2020, do município de São João; **Requerimento n.^º 2205/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, requerendo a implantação, com urgência, de clínica pediátrica e unidades de terapia intensiva pediátricas nas dependências do Hospital Regional do Sudoeste Dr. Walter Alberto Pecóits.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.^º 2186/2022**, do Deputado Anibelli Neto, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.^º 923/2019, de sua autoria.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.^º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.^º 2173/2022**, do Deputado Guto Silva, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 29 de junho de 2022; **Requerimento n.^º 2174/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 29 de junho de 2022; **Requerimento n.^º 2176/2022**, do Deputado

Reichembach, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 29 de junho de 2022; **Requerimento n.º 2178/2022**, do Deputado Francisco Bührer, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 29 de junho de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, II do Regimento Interno (em decorrência de viagem para acompanhar o Governador do Estado): **Requerimento n.º 2175/2022**, do Deputado Tiago Amaral, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 28 de junho de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para amanhã, dia 5 de julho de 2021, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia**: 1.^a Discussão da PEC n.º 3/2021; Redação Final do Projeto de Lei n.º 31/2022; 3.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 375/2021 e 492/2021; 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 409/2020, 343/2021 e 754/2021 e do Projeto de Decreto Legislativo n.º 5/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 370/2021, 52/2022, 110/2022, 121/2022, 175/2022, 202/2022, 214/2022, 215/2022, 246/2022 e 259/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h52, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)